

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS
PELAS **INTERVENÇÕES PARA A REDUÇÃO DO
IMPACTO DA VIOLÊNCIA ARMADA NA VIDA DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES** NOS TERRITÓRIOS DO
IBURA (Recife/PE), **MARÉ E PAVUNA** (Rio De Janeiro/RJ)
E **CIDADE OPERÁRIA** (São Luís/MA)

FICHA TÉCNICA

Realização

Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Supervisão

Paola Babos – **Representante-interina do UNICEF no Brasil**

Rosana Vega – **Chefe da Área de Proteção de Crianças e Adolescentes contra a Violências**

Coordenação

Luiza Teixeira - **Especialista em Proteção de Crianças e Adolescentes contra a Violências**

Redação

Luiza Teixeira – **Especialista em Proteção de Crianças e Adolescentes contra a Violências**

Augusto Souza – **Oficial de Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências**

Marcos da Veiga Khalil Filho – **Consultor de Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências**

Ofélia Silva – **Chefe do Escritório do UNICEF em São Luís/MA**

Colaboração

Danilo Moura - **Oficial de Monitoramento e Avaliação**

José Gilberto Boari - **Oficial de Monitoramento e Avaliação**

Angelo Damas - **Consultor de Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências**

Revisão

Giane Silvestre

Projeto gráfico, capa e diagramação

Ana Carolina Caetano

Foto de capa

Taciano Brito

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| I - APRESENTAÇÃO | 5 |
| II - CONTEXTUALIZAÇÃO | 7 |
| III - LINHAS DE INTERVENÇÃO | 9 |
| IV - A EXPERIÊNCIA DE RECIFE/PE – IBURA, MEU AMOR! | 12 |
| V - A EXPERIÊNCIA DO RIO DE JANEIRO/RJ - ZONA NOSSA: PROTEGENDO CRIANÇAS DA VIOLÊNCIA NA MARÉ E PAVUNA | 28 |
| VI - A EXPERIÊNCIA DE SÃO LUÍS/MA – COMUNIDADE QUE PROTEGE NA CIDADE OPERÁRIA | 53 |
| VII - CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS (AGENDA CIDADE UNICEF) | 73 |



Foto: Alcione Ferreira

I APRESENTAÇÃO

O UNICEF e parceiros têm desenvolvido um importante trabalho para a prevenção dos homicídios de crianças e adolescentes e que tem mostrado impactos positivos na proteção contra a violência letal deste público. São exemplos deste esforço: a criação dos Comitês para a Prevenção de Homicídios na Adolescência nos estados do Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e em Salvador e; a produção de diagnósticos com base em evidências, como o Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil¹. O homicídio de crianças e adolescentes pode ser entendido como a última, de uma série de privações e violações dos direitos mais básicos de uma parcela da população, sobretudo daquela que vive em territórios afetados pela violência armada. Por isso, o UNICEF Brasil ampliou seu foco programático para abordar os impactos deste tipo de violência na vida de crianças e adolescentes, a partir de uma perspectiva baseada na equidade e nos direitos humanos.

Essa nova abordagem, contudo, pede uma definição do conceito da violência armada e um detalhamento de suas complexidades, que devem ser levadas em conta para intervenções bem-sucedidas voltadas à redução dos seus impactos, incluindo os homicídios contra crianças e adolescentes. Em 2006, as Nações Unidas lançaram um programa conjunto para a prevenção da violência armada, a fim de contribuir para uma abordagem mais coerente e baseada em evidências. Com base na definição de violência, endossada por unanimidade pela Assembleia Mundial da Saúde, UNICEF, PNUD, OMS, UN-Habitat, UNODC e o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento adotaram como definição de violência armada “o uso intencional de força física com armas, por meio de ameaça ou de fato, contra si mesmo, outra pessoa, grupo, comunidade ou Estado que resulte em perda, ferimento, morte e/ou dano psicossocial a um indivíduo ou indivíduos e que possa prejudicar a segurança e o desenvolvimento de uma comunidade, país ou região.”²

Outras definições semelhantes foram adotadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento. Mas, independentemente da definição específica adotada, é importante compreender que o conceito de violência armada abrange o espectro de violência que inclui conflito, pós-conflito, crime, relações interpessoais e gênero.³ Sua complexidade requer uma resposta multissetorial e coordenada em diferentes níveis.

1 <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>

2 Promoting development through the reduction and prevention of armed violence Report of the Secretary-General, United Nations 2009, A/64/228, p.5.

3 Promoting development through the reduction and prevention of armed violence Report of the Secretary-General, United Nations 2009, A/64/228, p.6.

Os impactos da violência armada são particularmente nefastos em grupos mais vulneráveis, em especial crianças e adolescentes, que necessitam ter seus direitos à vida e à saúde garantidos, a fim de se desenvolverem de forma sadia e plena, em condições dignas de existência.⁴ Por essa razão, o objetivo do UNICEF, em nível regional, tem sido prevenir todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes, protegendo aqueles que habitam territórios afetados pela violência armada por meio do enfrentamento de seus impactos.⁵ Isso porque a violência armada se manifesta em contextos de graves violações de direitos, nas quais crianças e adolescentes podem se enquadrar como alvo, testemunhas e/ou participantes da violência. E, em qualquer um destes cenários, vivem terror psicológico e estresse tóxico, ensejando comprometimento do bem-estar psicossocial e das habilidades e capacidades cognitivas. Os homicídios são, usualmente, acompanhados de violência física, tortura, crimes de ódio e violência sexual, além da participação de adolescentes no crime organizado e tráfico de drogas, que também compõe o cenário da violência letal. Em todos esses casos, a letalidade violenta intencional de crianças e adolescentes pode servir como um indicador fundamental para a análise da dimensão e dos impactos da violência armada em determinados territórios.

Por ser um fenômeno complexo e multifacetado, o enfrentamento da violência armada e de seus impactos pede integração de esforços entre órgãos de governo, organizações da sociedade e os próprios adolescentes e jovens, já que nenhuma resposta isolada tem capacidade de alcançar escala, efetividade ou sustentabilidade a médio e longo prazos. É o resultado desta união de esforços intersetoriais e em diversos níveis que o presente documento visa destacar, tomando por base as intervenções para a redução dos impactos da violência armada encabeçadas pelo UNICEF em três cidades-piloto: Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e São Luís/MA.

4 Convenção sobre os Direitos das Crianças, arts. 6º e 19º, e Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 7º.

5 LACR ToC



CONTEXTUALIZAÇÃO

O UNICEF Brasil vinha, nos últimos anos, desenvolvendo um importante trabalho na prevenção dos homicídios de adolescentes, sobretudo por meio da geração de evidências, da mobilização social e da incidência política. Contudo, a partir de um treinamento em gestão baseada em resultados realizado em 2018, a área de Proteção do UNICEF identificou a necessidade de expandir seu escopo programático para além da violência letal contra adolescentes, incorporando a identificação das inúmeras e reiteradas privações de direitos às quais estão sujeitas crianças e adolescentes que vivem em territórios afetados pela violência armada.

A partir da elaboração de uma Teoria da Mudança Inicial, constatou-se que abordar as inúmeras privações que permeiam os territórios afetados pela violência armada possibilitaria ao UNICEF incidir, de forma mais contundente, abrangente e sustentável, na prevenção e na resposta aos homicídios contra crianças e adolescentes. Para tanto, o UNICEF refinou sua visão estratégica, a fim de que *crianças e adolescentes possam usufruir de seu direito à vida e a crescerem em comunidades seguras, inclusivas, protetivas, livres de violência e favoráveis ao seu desenvolvimento integral*.

Para alcançar esta visão, o UNICEF traçou as seguintes metas específicas: (a) priorização de investimentos públicos para o funcionamento efetivo do Sistema de Garantia de Direitos nos territórios afetados pela violência armada; (b) funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos, de forma disponível, acessível e com capacidade para proteger crianças e adolescentes da violência, abuso e exploração nos territórios afetados pela violência armada; e (c) engajamento e empoderamento de crianças, adolescentes, famílias e comunidade para a promoção da cultura da paz e para a rejeição da normalização de práticas discriminatórias e violentas.

Dentro desta nova visão estratégica, baseada em princípios ligados aos direitos humanos e à equidade, o UNICEF identificou o território (localidade onde as crianças nascem e crescem) como um fator de vulnerabilidade abrangente e como ponto de partida para intervenções multisetoriais voltadas à redução dos impactos da violência armada.

Em territórios controlados por grupos criminosos e dominados pela violência generalizada, com ausência parcial ou completa do Estado, crianças e adolescentes devem lidar com o estresse tóxico, que prejudica suas habilidades cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais. Eles são confrontados com limitações ou falta de liberdade de movimento, tendo seus direitos à autoexpressão e à participação em atividades culturais, recreativas e vocacionais severamente prejudicados. A falta de acesso seguro a serviços básicos de qualidade contribui diretamente para a perpetuação dos ciclos de pobreza e violência.

Para implementar os achados da Teoria de Mudança Inicial na prática, o UNICEF desenvolveu um marco de trabalho (framework), propondo o adensamento de ações no território onde as crianças nascem e crescem, dada a preponderância do fator territorial sobre as condições de vulnerabilidade deste público. Por ser uma abordagem inovadora para a organização, decidiu-se por testar o marco de trabalho em três cidades, uma em cada território de atuação do UNICEF, quais sejam: Amazônia Legal, Semiárido e Sudeste. Para a escolha das cidades, levou-se em conta, além da presença física do UNICEF, fatores como a dinâmica social e a qualidade na implementação de políticas públicas, as características coletivas das populações residentes, e a limitação do acesso aos equipamentos e serviços públicos básicos. Tais fatores foram escolhidos por, notoriamente, agravarem os níveis e tipos de violências que crianças e adolescentes sofrem no território, já que a violência armada frequentemente se revela restrita a determinadas áreas, sobretudo aquelas historicamente negligenciadas pelas políticas públicas e vulneráveis a estruturas de poder informais e violentas.

Em contrapartida, o marco de trabalho requer uma importante capacidade organizacional existente no território, sem a qual, não se constroem parcerias e estratégias de incidência e diálogo social. Assim, o território passou a ser o fio condutor da atuação institucional, potencializando o impacto sobre as causas das desigualdades e múltiplas violências, incluindo a letal, e que atingem, em sua maioria, os jovens afrodescendentes.



LINHAS DE INTERVENÇÃO

Para viabilizar a implementação do marco de trabalho nas três cidades-piloto, elaborou-se um roteiro de intervenções, respeitando as especificidades locais, para que cada território tivesse um plano de partida para as ações locais.

Os princípios norteadores para as ações locais, como mencionado, foram:



Equidade: necessidade de um olhar especial às crianças e adolescentes pertencentes aos grupos mais vulneráveis.



Territorialidade: para além das características demográficas (sexo, raça, idade, etc.), o território onde crianças e adolescentes vivem é um fator de vulnerabilidade, que apresenta determinantes socioeconômicos, normativos e institucionais, que agravam os níveis e tipos de privações e violações desta população.



Direitos humanos: abordagem fundamental para identificar privações de direitos e para sensibilizar/mobilizar atores-chave sobre as mudanças necessárias para a redução dos impactos da violência armada, por meio da promoção, proteção e garantia dos direitos.



Adequabilidade: necessária para que as intervenções propostas atendessem os desafios trazidos pela pandemia da Covid-19, que forjou novos aspectos nas realidades institucionais, comunitárias e familiares. Tais mudanças impactaram na adaptação ou desenvolvimento de novas técnicas, abordagens e conteúdos, e na identificação do agravamento de exclusões ou violências.

Além dos princípios norteadores, o marco de trabalho também trouxe 7 linhas de intervenção, que deveriam ser escolhidas pelas equipes responsáveis pela implementação das ações:

- Sensibilização e conscientização
- Geração de evidências e conhecimento
- Incidência em políticas públicas e leis

- Fortalecimento de sistemas e capacidades
- Ampliação da oferta de serviços
- Construção de parcerias e angariação de recursos
- Inovação e tecnologia

O objetivo destas linhas era possibilitar o alinhamento das ações locais às estratégias nacionais de forma intersetorial, utilizando indicadores comuns e buscando resultados que pudessem ser, posteriormente, escalados para outras partes do país e incorporadas a estratégias mais amplas lideradas pelo UNICEF. Para garantir a intersetorialidade das intervenções e possibilitar a comparabilidade das experiências locais, a área de Proteção propôs que cada intervenção piloto incluísse: a participação de adolescentes; a comunicação para o desenvolvimento (C4D); o fortalecimento de serviços e; a educação que protege em suas atividades e resultados.

Para auxiliar as equipes à frente das intervenções-piloto, também foram pré-selecionados indicadores “padrão”, visando alinhar os resultados locais ao impacto nacional e aos resultados da área de Proteção contra as Violências no atual programa de país. Os indicadores propostos se basearam nas quatro áreas de atuação pré-selecionadas (participação de adolescentes, comunicação para o desenvolvimento, fortalecimento de serviços e educação que protege), em três níveis: 1) atividades de fácil realização, que não demandem grandes custos; 2) atividades de média complexidade de realização, que demandam tempo e recursos financeiros e; 3) atividades de complexa realização, que demandam dados produzidos por terceiros. A partir dos indicadores sugeridos, cada cidade-piloto propôs seus resultados, atividades e metas, escolhendo os indicadores mais apropriados para seu contexto.



IV

A EXPERIÊNCIA DE
RECIFE/PE

IBURA, MEU AMOR!



4.1 CONTEXTO E PRINCIPAIS DESAFIOS

O Ibura é o quinto bairro mais populoso de Recife com 54.173 residentes e também o quinto no número de adolescentes e jovens de 10 a 29 anos, segundo o Censo de 2010 do IBGE. O Ibura é composto por diversas comunidades e ocupações com características diferentes, mas com um sentimento de território comum. Os dados relacionados à mortalidade, violência armada e escolaridade indicam que as meninas e meninos que vivem no bairro estão mais vulneráveis a tais formas de violência e privação de direitos. Segundo dados do SIM/DATASUS, o Ibura foi o local com mais homicídios (acumulados) de adolescentes e jovens (de 10 a 29 anos) de 2016 a 2019, somando um total de 155 vítimas. Já os dados da plataforma Fogo Cruzado em Pernambuco revelam que em 2020 houve 18 tiroteios no bairro, com 11 mortos e 10 feridos.

Dados da FUNASE de 2020 indicam que o bairro também acumula o maior número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida: foram 207 adolescentes entre 2017 e 2019. Só no ano de 2019, mais de 10% de todos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto do Recife vieram do Ibura, que foi também o local de origem de 189 adolescentes em privação de liberdade entre os anos de 2017 e 2019, o que colocou o bairro em segundo lugar entre todos os bairros da cidade.

Segundo dados do Censo Escolar de 2018, analisados pela plataforma Trajetórias de Sucesso Escolar, a Escola de Referência em Ensino Médio do Ibura, Apolonio Sales, tem 35,8% de taxa de distorção idade-série (maior que a taxa estadual de 26,2%) e uma taxa de reprovação de 6,2% (também maior que a estadual de 5,24%).

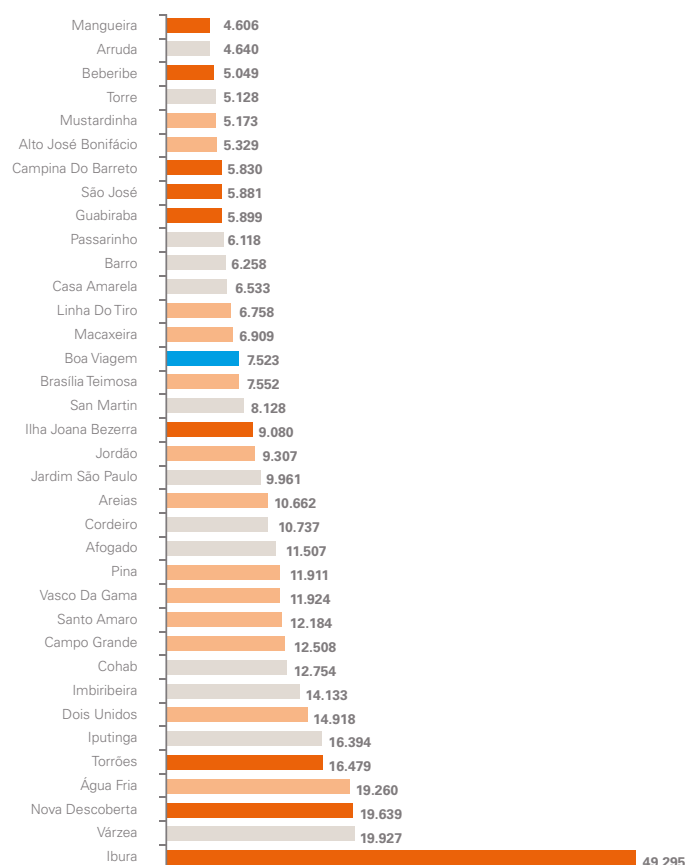
Em relação à gravidez na adolescência, dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC/DATASUS) apontam que a taxa de mães adolescentes, entre 10 e 19

anos, é de 19,5% no distrito sanitário VIII, onde está o Ibura. É a mais alta do município de Recife considerando dados de 2016.

Entende-se que a sobreposição de vulnerabilidades evidenciadas por estes dados está relacionada, entre outros aspectos, a causas estruturantes como falta de acesso adequado a serviços públicos de qualidade e à incidência de grupos armados do crime organizado.

O gráfico a seguir mostra um “score” de vulnerabilidade social das famílias elaborado pela Prefeitura do Recife e apresentado no Plano Municipal da Primeira Infância⁶. O território escolhido para a intervenção encabeçada pelo UNICEF e parceiros incluiu, além do Ibura (como oficialmente demarcado), os territórios do COHAB e Jordão.

Figura 1 – Indicador de Vulnerabilidade Social da cidade de Recife segundo bairro



Fonte: Plano para a Primeira Infância do Recife - Prefeitura Municipal

6 Para o cálculo do indicador foram consideradas as seguintes variáveis: número de habitantes do bairro, residentes no bairro cadastrados no CadÚnico, população total do Recife e total cadastrado no CadÚnico. O relatório está disponível em: http://comdica.recife.pe.gov.br/sites/default/files/comdica/arquivos/paginas_basicas/primeiro_plano_decenal_para_a_primeira_infancia_do_recife_v.47_1.pdf. Acesso em 24/10/2022.

4.2 PLANO DE AÇÃO

O **Resultado 1** da intervenção no Ibura centrou-se na geração de conhecimento e evidências a partir, principalmente, da elaboração de um diagnóstico – realizado sob a perspectiva da comunidade – sobre os principais impactos da violência armada na vida de crianças, adolescentes e famílias no território. A realização do diagnóstico foi um processo interessante e os seus resultados foram compartilhados com todos os atores-chave do Sistema de Garantia de Direitos em Recife.

O valor total cotado para o resultado 1 foi de R\$ 92.002,54, porém tal custo foi planejado considerando que a maior parte das atividades seriam presenciais, o que precisou ser alterado em virtude das medidas de afastamento e isolamento social impostas pelas autoridades em decorrência da pandemia da Covid-19. Desta forma, grande parte das atividades foram realizadas em ambiente virtual.

Quadro 1 – Panorama do Resultado 1 na experiência de Recife

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|---|--|---|----------------------|---------------|----------|--|
| Resultado 1: identificação e mapeamento das dinâmicas da violência armada e seus impactos na vida das crianças e adolescentes do território em parceria com governo, sociedade civil e comunidade. | Atividade 1.1: organizar workshops com diferentes secretarias da Prefeitura, serviços públicos locais, organizações da sociedade civil e adolescentes para a identificar gargalos e potencialidades no território para a redução da violência armada. | Um Diagnóstico da elaborado junto com a comunidade, parceiros e a prefeitura e compartilhado com o SGD; | R\$ 1.785,28 | 0 | 1 | II. Geração de conhecimento e evidências |
| | Atividade 1.2: desenhar e acordar um Diagnóstico da VA no território. | Um Plano de intervenção e monitoramento do projeto desenhado, acordado e executado; | R\$ 18.649,39 | 0 | 1 | II. Geração de conhecimento e evidências |
| | Atividade 1.3: criar e implementar um plano de intervenção e acompanhamento conjunto do projeto, incluindo a participação de adolescentes. | Número de adolescentes participando do plano do diagnóstico e plano de intervenção | R\$ 68.443,58 | 0 | 4 | II. Geração de conhecimento e evidências |
| | Atividade 1.4: realizar visitas nas diferentes secretarias da prefeitura, serviços públicos locais, organizações da sociedade civil, e adolescentes para mobilização e divulgação do projeto | Número de visitas e reuniões com diferentes secretarias da prefeitura, organizações comunitárias e outros atores-chave; | R\$ 3.124,29 | 0 | X | I. Advocacy |

O resultado 2 centrou-se no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de proteção do território. Para este resultado, destaca-se um elemento de “inovação”, pois a intervenção fez um esforço de “busca ativa social” para incluir nas atividades as crianças e adolescentes em maior situação de vulnerabilidade social. O esforço da busca ativa trouxe lições importantes, destacadas na seção correspondente abaixo. As trilhas formativas com gestores e profissionais do território (assistência social, saúde e educação) aconteceram tanto virtual, como presencialmente. O custo total do resultado 2 foi de R\$ 50.383,69.

Quadro 2 – Panorama do Resultado 2 na experiência de Recife

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|---|---|--|----------------------|---------------|-----------|--|
| Resultado 2: fortalecer e melhor integrar os serviços públicos (assistência social, saúde e educação) e os fluxos de atendimento a crianças e adolescentes (incluindo para vítimas/ testemunhas de violência e socioeducandos). Torná-los mais inclusivos (sensíveis a questões de gênero e amigáveis a crianças e adolescentes) para prevenir e responder aos impactos da violência armada no território, incluindo a prevenção do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime organizado | Atividade 2.1: desenhar e implementar uma estratégia integrada de busca ativa e atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade, em especial das crianças e adolescentes vítimas/testemunhas de violência, adolescentes em cumprimento de medida socio-educativa, e/ou crianças e adolescentes envolvidos nas dinâmicas da violência armada no território. | Número de crianças e adolescentes alcançados pela estratégia de busca ativa; | R\$ 23.891,07 | 0 | 40 | IV. Fortalecimento de sistemas e capacidades para proteger crianças e adolescentes da violência armada VII. Inovação e Tecnologia |
| | Atividade 2.2: realizar trilhas formativas com os profissionais (serviços de saúde, conselho tutelar, assistência social e educação) que atuam no território; | Número de profissionais capacitados nos temas programáticos; | R\$ 13.229,17 | 0 | 80 | IV. Fortalecimento de sistemas e capacidades para proteger crianças e adolescentes da violência armada |
| | Atividade 2.3: promover atividades de mediação de conflito e enfrentamento à violência nas escolas do território; | Número de escolas com profissionais formados e executando ações de mediação de conflitos e enfrentamento da violência; | R\$ 6.791,33 | 0 | 8 | IV. Fortalecimento de sistemas e capacidades para proteger crianças e adolescentes da violência armada |
| | Atividade 2.4: criação de 4 núcleos de mediação de conflito e enfrentamento à violência nas escolas do território; | Número de núcleos de mediação de conflitos e enfrentamento à violência funcionando nas escolas | R\$ 6.427,12 | 0 | 4 | IV. Fortalecimento de sistemas e capacidades para proteger crianças e adolescentes da violência armada |

O resultado 3 centrou-se diretamente no fortalecimento das capacidades dos adolescentes, suas famílias e comunidade, para tanto, foram realizadas ações de capacitação, sensibilização e engajamento com este público. No entanto, o fechamento das escolas durante boa parte da intervenção, por conta da pandemia da Covid-19, impactou significativamente o resultado e os números alcançados foram mais baixos do que o planejado. Após a realização das atividades, adolescentes, gestores e famílias relataram mudanças de comportamento e na percepção sobre as violências que os afetam. O custo total do resultado 3 foi de R\$ 119.063,04

Quadro 3 – Panorama do Resultado 3 na experiência de Recife

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|--|---|--|---------------|---------------|------|--|
| Resultado 3: empoderar adolescentes, famílias e comunidades para exercer seus direitos e viverem livres da violência, com mais capacidade de rejeitar crenças e práticas violentas e discriminatórias. | Atividade 3.1: realizar trilhas formativas com adolescentes, mães, familiares e cuidadores, líderes comunitários e religiosos. | Número de adolescentes, mães, familiares e cuidadores, líderes comunitários e religiosos capacitados nos temas programáticos. | R\$ 15.621,49 | 0 | 100 | V. Fortalecimento da prestação de serviços e programas especializados + C4D |
| | Atividade 3.2: fomentar ações de comunicação não violenta e mediação de conflitos em escolas e outros equipamentos. | Número de crianças e adolescentes formados sobre mediação de conflitos e enfrentamento a violência nas escolas. | R\$ 3.367,10 | 0 | 600 | V. Fortalecimento da prestação de serviços e programas especializados + C4D |
| | Atividade 3.3: realizar oficinas de empoderamento de meninas e meninos com foco na prevenção da violência baseada em gênero. | Número de meninas e meninos formados em temáticas da prevenção da violência baseada em gênero na comunidade. | R\$ 12.450,78 | 0 | 50 | V. Fortalecimento da prestação de serviços e programas especializados + C4D |
| | Atividade 3.4: realizar com os adolescentes formação sobre produção de conteúdos digitais e gestão democrática das mídias para intervenção a partir do uso das mídias sociais. | Número de adolescentes formados sobre produção e gestão democrática das mídias para intervenção a partir do uso das mídias digitais; | R\$ 20.113,34 | 0 | 15 | V. Fortalecimento da prestação de serviços e programas especializados + C4D |
| | Atividade 3.5: promover a produção de material digital e ações de engajamento pelos adolescentes para mudança de comportamento comunitário sobre a violência armada. | Materiais digitais de engajamento produzidos pelos adolescentes. | R\$ 33.510,33 | N/A | N/A | V. Fortalecimento da prestação de serviços e programas especializados + C4D |



4.3 PARCEIROS IMPLEMENTADORES

Por ser uma intervenção com uma abordagem comunitária e territorial, a forte articulação e presença dos parceiros no território foi um fator fundamental para alcançar os resultados pretendidos no Ibura.

A Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social (ETAPAS) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com mais de 35 anos de atuação em Recife. Tem como missão defender e promover a inclusão social, a garantia de direitos e a efetivação das políticas públicas, priorizando o direito à cidade de crianças, adolescentes, jovens e mulheres, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática e participativa. A equipe de que deu origem à ETAPAS veio de uma experiência de atuação na Arquidiocese de Olinda e Recife (à época dirigida por Dom Hélder Câmara) por meio de um trabalho de base nas comunidades, em uma conjuntura marcada pelo golpe militar de 1964 no Brasil. A partir de 1998, a ETAPAS passou a incorporar o trabalho com jovens e em meados dos anos 2000, crianças, adolescentes e suas famílias também passaram a fazer parte do escopo de trabalho. Hoje, a ETAPAS utiliza nas suas ações os instrumentos de estudos e pesquisas (produzindo informações, avaliações e diagnósticos que subsidiam as pautas entre sociedade civil e o poder público), comunicação (produzindo, assessorando e divulgando as informações das organizações comunitárias) e capacitação (contribuindo para o desenvolvimento institucional das diversas organizações) como estratégias para o alcance dos seus objetivos.

A atuação da ETAPAS abarca a Região Metropolitana do Recife (RMR), integrada por 15 municípios, por meio das seguintes ações coletivas: Fórum das Juventudes de Pernambuco (FOJUPE), Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum DCA- Recife, onde faz parte da coordenação, e Recife de Lutas. Atuando no Ibura há mais de 30 anos, a ETAPAS intervém nesse território sempre em parceria com a Federação Ibura Jordão (FIJ).

A FIJ é uma organização comunitária “guarda-chuva”, que congrega dezenas de organizações de base menores que atuam no bairro. São ligadas à FIJ associações de moradores, grupos religiosos, grupos culturais, esportivos e outros. O papel da FIJ é de articulação ao nível do território, onde a intervenção, seus resultados e necessidades foram debatidos de forma coletiva e democrática. A FIJ cedeu o seu espaço físico para a realização das atividades propostas pela intervenção.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a partir do seu núcleo de justiça restaurativa, também atuou como parceiro da intervenção. Por meio de um Memorando de Entendimento firmado com a ETAPAS, o TJPE apoiou as formações em mediação de conflitos nas escolas, garantindo a sustentabilidade das ações e dos resultados após a finalização da intervenção liderada pelo UNICEF.

Para fortalecer movimentos de jovens no nível territorial, foi também contratado o Coletivo de Jovens Ibura + Cultura, que ficou responsável pela realização de algumas oficinas, ajudando na aproximação e fortalecimento das redes de adolescentes e jovens. A experiência também trouxe desafios, conforme será destacado na seção “lições aprendidas”.

Por fim, a Prefeitura de Recife foi envolvida na intervenção desde sua concepção, participando, inclusive, da escolha do território para as atividades. Contudo, no decorrer da intervenção, a gestão central da Prefeitura participou pouco das atividades no território, muito embora os gestores e técnicos locais (as gestoras dos CRAS, os diretores de escola, por exemplo) tenham participado ativamente das atividades. Nesse sentido, em algumas ocasiões, o UNICEF precisou acionar diretamente a gestão central da Prefeitura (os próprios secretários, por exemplo) para que eles autorizassem os profissionais em nível local a dedicarem parte de suas horas de trabalho para as oficinas previstas pela intervenção.



4.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

O primeiro resultado da intervenção foi a construção de um diagnóstico comunitário (ETAPAS, 2021)⁷ sobre os impactos da violência armada na vida de crianças, adolescentes e suas famílias no Ibura.

NÚMEROS GERAIS DA INTERVENÇÃO:



Resultado 1 – Identificação e mapeamento das dinâmicas da violência armada e seus impactos na vida das crianças e adolescentes do território, em parceria com governo, sociedade civil e comunidade.

O processo de construção do diagnóstico comunitário, em si, pode ser considerado como um resultado positivo, pois os achados sobre os impactos da violência armada possibilitaram análises interseccionais fundamentais para entender como as dinâmicas desta forma de violência atravessam as vidas das crianças, adolescentes e suas famílias em todo o território.

⁷ “Diagnóstico local sobre os impactos da violência armada na vida de crianças e adolescentes no Ibura, Recife/PE”. ETAPAS, 2021. Documento interno, não publicado.

Todos os achados do diagnóstico reforçam, em alguma medida, pontos cruciais da teoria da mudança (TdM) da violência armada elaborada pelo UNICEF em 2018, conforme abaixo:

- Na análise causal #1 da TdM, foram identificadas como causas imediatas e subjacentes da violência armada as questões relacionadas à precariedade dos serviços e à falta de acesso seguro aos espaços públicos. No diagnóstico realizado no Ibura (ETAPAS, 2021) foram identificadas: i) situações de ameaça vivenciadas por agentes públicos; ii) pessoas portando armas no espaço dos serviços; iii) interferência nos horários de funcionamento e na autorização de realização das atividades, em decorrência conflitos ou comandos nas comunidades.
- Na análise causal #2 da TdM, foram também identificadas como causas imediatas e subjacentes da violência armada a incapacidade das atividades culturais e recreativas na prevenção deste tipo de violência, além do clima de medo constante que limita a participação e vida comunitária. No diagnóstico do Ibura, por sua vez, foram identificadas “as marcas da violência no entretenimento e nas expressões culturais. As festas chamadas ‘Paredão’, em geral, são marcadas pelo consumo de álcool e outras drogas, e pela violência armada (confrontos entre grupos rivais e/ou abordagens policiais). São atrativas aos adolescentes e jovens, principalmente, pela ausência de outras alternativas de lazer e cultura. A cultura da violência está presente em músicas escutadas pelas crianças e adolescentes. As letras refletem a violência armada, com expressões corporais que imitam a arma em punho, favorecendo o culto às armas. “No lugar onde não tem atividades culturais... o crime vira espetáculo” (ETAPAS, 2021), p. 16.
- Na análise causal #3 da TdM, o terror psicológico causado pela violência armada, o poder dos grupos criminosos e o constante cenário de “crescer sem perspectivas e alternativas” foram também citados como causas imediatas e subjacentes da violência armada. No diagnóstico do Ibura, relatou-se que as vidas de crianças, adolescentes e jovens dali carregam as marcas do estigma que associa o bairro à violência. A narrativa dominante afirma que pobreza e criminalidade são sinônimos. Essa estigmatização tem provocado sentimento de desvalorização do território e da população que lá reside, impactando negativamente na autoestima, nas relações interpessoais (amizades, relacionamentos afetivos) e na inserção profissional (ETAPAS, 2021).

Foram observadas ainda, outras conexões entre o conteúdo da TdM e os achados do diagnóstico, incluindo questões a respeito da liberdade de ir e vir e da brutalidade das intervenções policiais.

Como mencionado, o próprio processo coletivo e comunitário de elaboração do diagnóstico no Ibura é considerado um importante resultado, que pode ser replicado e incorporado na elaboração e/ou revisão de políticas públicas de prevenção às violências contra

crianças e adolescentes. A construção do diagnóstico envolveu um intenso processo de escuta com diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo mães, grupos religiosos e os próprios adolescentes e jovens. Foram nove workshops com 59 participantes (que vivem ou trabalham no bairro) sistematizados por uma consultoria especializada.

A partir do diagnóstico foi elaborado o Plano de Intervenção, que possibilitou o planejamento e a organização das atividades previstas no lbura. Contudo, o uso do plano como ferramenta de monitoramento e acompanhamento das ações não foi efetivo, em parte, por conta do contexto da pandemia da Covid-19.

Resultado 2 – Fortalecer e melhor integrar os serviços públicos (assistência social, saúde e educação) e os fluxos de atendimento a crianças e adolescentes (incluindo para vítimas/testemunhas de violência e socioeducandos). Torná-los mais inclusivos (sensíveis a questões de gênero e amigáveis a crianças e adolescentes) para prevenir e responder aos impactos da violência armada no território, incluindo a prevenção do envolvimento de crianças e adolescentes com o crime organizado.

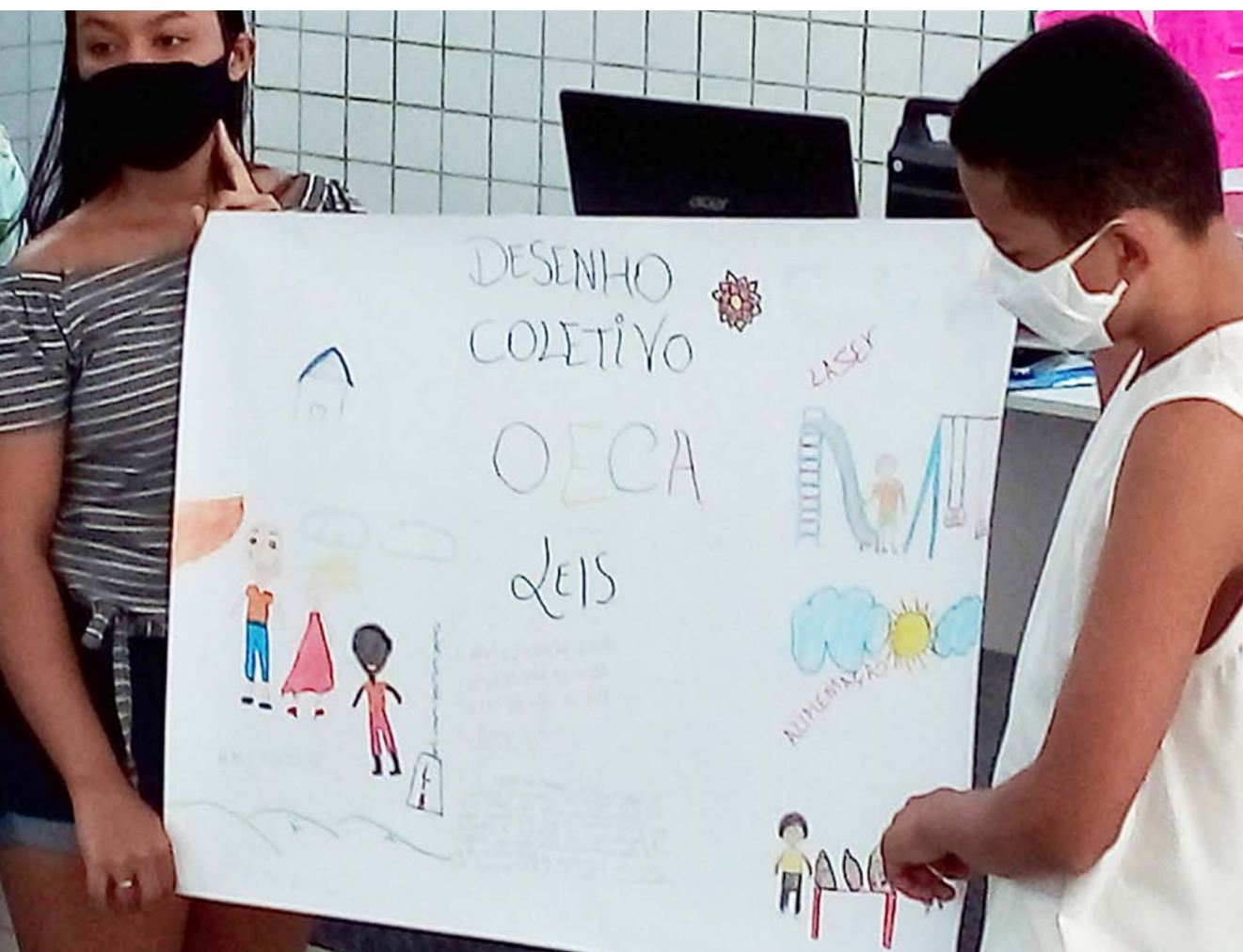
A pandemia da Covid-19 impactou diretamente nas ações ligadas a este resultado, fazendo com que algumas formações fossem realizadas remotamente, enquanto outras presencialmente. Obteve-se sucesso na sensibilização e promoção do engajamento dos profissionais nas questões ligadas aos direitos das crianças e adolescentes, principalmente nos temas da discriminação racial e da violência baseada em gênero. No entanto, houve pouco avanço na construção de fluxos concretos e inclusivos de prevenção e resposta à violência armada.

Além disso, a ação de “busca ativa social” foi importante, pois conseguiu trazer crianças e adolescentes em maior risco de vulnerabilidade para as ações da intervenção, cujas lições aprendidas serão detalhadas na seção a seguir.

Dos quatro núcleos de mediação de conflitos previstos, apenas um foi instalado em uma escola pública. Embora menos tangível, a relação e o comprometimento dos responsáveis pelas escolas e pelos serviços públicos locais com a intervenção e com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes foi também um resultado relevante. Vale mencionar que, engajar uma comunidade marcada pelo estigma e descaso do poder público depende da construção de uma relação de confiança baseada em uma perspectiva positiva de enfrentamento dos problemas. Logo, este resultado permitiu que o UNICEF escutasse e melhor compreendesse o trabalho e os desafios enfrentados por gestores, professores, lideranças e profissionais que atuam no SGD no território.

Resultado 3: Empoderar adolescentes, famílias e comunidades para exercer seus direitos e viverem livres da violência, com mais capacidades de rejeitar crenças e práticas violentas e discriminatórias.

As trilhas formativas para adolescentes e lideranças comunitárias (incluindo religiosas) em temas-chave para a intervenção foram cruciais para a desnaturalização de diversas formas de violência, principalmente aquelas ligadas à discriminação racial e à violência de gênero. Os adolescentes alcançados pelas trilhas relataram melhoras na autoestima e a formação de uma “rede de apoio” entre pares, além de mais informações sobre os canais de ajuda e acolhimento, caso precisem. Alguns adolescentes também relataram um processo de “aceitação” em relação à sua identidade de gênero, resultante das atividades realizadas. Em relação ao desenvolvimento de habilidades, os adolescentes aprenderam questões teóricas sobre a comunicação, mas também elementos práticos sobre o universo digital e campanhas de rua, como a confecção de cartazes tipo lambe-lambe.



4.5 LIÇÕES APRENDIDAS

A intervenção teve início em um período bastante desafiador, em vários aspectos, especialmente diante da pandemia da Covid-19. O território do Iburá, desde o início da pandemia ficou entre o terceiro e quinto lugar em números de pessoas infectadas pela Covid-19 em Recife. Mesmo assim, as máscaras foram pouco usadas pelos moradores do bairro. Por essas razões e pensando em garantir a segurança dos adolescentes e jovens que participariam das atividades, o início da intervenção foi adiado. Além disso, a escola escolhida como um dos locais centrais para a intervenção também suspendeu atividades presenciais em 2021.

Diante desse cenário, as primeiras atividades com adolescentes e jovens foram realizadas em formato online e, embora houvesse a expectativa da adoção de um formato híbrido em momento oportuno, isso não aconteceu. Por esta razão, foram construídas novas estratégias para garantir o cumprimento dos objetivos e metas da intervenção.

Outro desafio foi a articulação com os gestores públicos locais, já que naquele momento estava se iniciando uma nova gestão municipal, com mudanças de cargos, o que gerou um vácuo de comunicação entre novos e antigos gestores. Além disso, a agenda dos gestores de saúde e educação, naquele momento, estava bastante comprometida com o planejamento do retorno das aulas presenciais, com a preparação de atividades online e com a campanha de vacinação contra a Covid-19. A atuação do oficial de projetos do UNICEF foi bastante importante para articular, a partir de parcerias já existentes com a prefeitura, o comprometimento de gestores com poder de decisão. As formações com este segmento ocorreram no formato online, a partir de decisão conjunta com os gestores/as, facilitando assim, a adaptação de suas rotinas.

O momento foi difícil para a população do território, uma vez que muitas pessoas perderam suas fontes de renda e enfrentaram dificuldades financeiras, precisando acessar as ações emergenciais do governo e das organizações sociais que atuam no território. Os auxílios não foram suficientes para suprir as necessidades da população e muitos passaram por dificuldades de sobrevivência, o que fez com que priorizassem a busca por renda e mantimentos, em detrimento das formações ofertadas pelo UNICEF e parceiros. Logo, é crucial que o UNICEF considere com mais atenção essa realidade no planejamento de suas atividades no âmbito dos territórios, principalmente se o objetivo é atingir o público mais vulnerável.

Além das dificuldades em lidar com a nova rotina imposta pelas medidas de distanciamento social, a pandemia também provocou um forte impacto na saúde mental das crianças e adolescentes. Muitas desenvolveram quadro de ansiedade, depressão e perda de estímulo pelas atividades online oferecidas pelas escolas, aumentando os níveis de


evasão escolar. Diversos adolescentes e profissionais do SGD pediram que as próximas intervenções considerassem essa agenda de forma mais intensa, com soluções que privilegiem o apoio psicossocial comunitário.

A despeito deste contexto de desafios, um fato animador foi o grau de envolvimento de todos os atores públicos e da sociedade civil na construção do diagnóstico já mencionado. A participação no projeto foi vista como uma oportunidade de atuar de maneira articulada, produzindo resultados efetivos para a vida das crianças e adolescentes impactadas pela violência armada no Ibura. O envolvimento de 51 pessoas nos workshops e entrevistas e de 50 pessoas no seminário de devolução de informações do diagnóstico, mostram o engajamento e o desejo de conhecer mais sobre o território, de contribuir com as ações do projeto e, ao final, de construir intervenções articulando diferentes atores.

A diversidade e complexidade de atores envolvidos com a dinâmica do território fez com que o projeto apostasse na articulação e nas parcerias: a FIJ, representando as lideranças comunitárias tradicionais (e de uma geração passada), o TJ com o quadro técnico em justiça restaurativa/mediação de conflitos, os jovens, a partir do trabalho com o coletivo Ibura + Cultura e diferentes esferas da Prefeitura. Embora a sociedade civil tenha boa articulação com os gestores dos serviços do território (escolas, CRAS e UBS), raramente consegue articulações com os tomadores de decisão do poder municipal. Nesse sentido, o papel de agência e mediação do UNICEF foi crucial para coordenar esforços e promover ações conjuntas.

Além disso, foi de extrema importância incluir todas e todos os profissionais que trabalham nos serviços de atendimento a crianças e adolescentes (CRAS, escolas e UBS), principalmente em ações de sensibilização, já que na maioria das vezes, em situação de vulnerabilidade, o acolhimento deste público é feito por estes profissionais. Envolver estes profissionais em ações de enfrentamento das violências pode fazer a diferença, sobretudo, porque eles não costumam ser convidados por suas secretarias (educação, saúde, assistência) para ações formativas.

As listas “oficiais” com os contatos de adolescentes em risco que foram compartilhadas pelos CRAS/CREAS e TJ foram insuficientes para encontrar o público mais vulnerabilizado no processo da busca ativa. Além disso, com as medidas de distanciamento social adotadas por conta da pandemia da Covid-19, houve dificuldade em mobilizar e engajar os participantes no projeto. Percebeu-se que adolescentes e jovens, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, têm mais dificuldade e/ou resistência em participar de projetos remotos. Logo, esses esforços precisam ser potencializados pelos atores locais, para que essas crianças, adolescentes e suas famílias possam ser devidamente acolhidos e envolvidos nas iniciativas.



É importante destacar ainda, que adolescentes aprendem melhor e se sentem mais motivados quando têm a oportunidade de mostrar o que aprenderam para outras pessoas (incluindo outros adolescentes). Por isso, todos os planos de formação para o enfrentamento das violências voltadas para este público devem prever espaços para que os adolescentes possam se expressar e multiplicar o conhecimento que adquiriram, por meio de diferentes linguagens (esportes, teatro, música, *slams*, poesia, grafite, etc.). Incluindo as apresentações para gestores, profissionais do SGD e para suas próprias famílias, que também devem ser envolvidas nos esforços de formação. O acesso à internet de qualidade e de forma segura precisa ser garantida para essas atividades.

Como destacado no diagnóstico, a relação da comunidade com as facções criminosas e grupos armados é complexa e paradoxal. Não é raro que os adolescentes sintam mais medo dos policiais do que dos traficantes, já que a abordagem policial no território é marcada por violência, racismo e tortura. Por isso, a intervenção buscou promover projetos de vida, oferecer alternativas ao crime e à violência, pautar uma agenda positiva, fortalecer capacidades e contribuir para uma ressignificação do território. Ao mesmo tempo, buscou avançar, ainda que timidamente, na qualidade dos serviços públicos ofertados no bairro. Se essas ações seguirem avançando de forma coordenada e qualificada e se oportunidades para os adolescentes forem promovidas pelo poder público e/ou outros setores da sociedade, tais como estágios, programas de jovem aprendiz, bolsas de estudos, etc., pode-se alcançar maior impacto na prevenção das violências.



V

A EXPERIÊNCIA DO

RIO DE JANEIRO/RJ

ZONA NOSSA:

PROTEGENDO CRIANÇAS

DA VIOLÊNCIA NA MARÉ E

PAVUNA

5.1 CONTEXTO E PRINCIPAIS DESAFIOS

O Complexo da Maré e a Pavuna foram as áreas escolhidas pelo UNICEF como foco territorial para as intervenções para a redução dos impactos da violência armada no Rio de Janeiro. Ambos os territórios revelam um preocupante cenário de privações e violações de direitos, sujeitando crianças e adolescentes que ali vivem a diversos tipos de violência, inclusive a armada, o que, portanto, justifica a escolha destes territórios para as intervenções. Destacam-se nestes locais: i) a falta de oferta de serviços públicos de qualidade voltado para crianças e adolescentes; ii) as limitações impostas à participação na vida comunitária e à liberdade irrestrita de movimento, de expressão e de reunião/associação; iii) a privação do direito à vida segura e à proteção contra abuso e exploração das crianças e adolescentes.

Maré e Pavuna enfrentam um cenário comum a outras áreas marginalizadas do Rio de Janeiro: escassez de serviços públicos de qualidade e controle do território por parte do crime organizado. Nas regiões controladas pelo crime, acesso seguro aos serviços da rede de proteção por parte da população é limitado, o planejamento e as políticas públicas não alcançam os resultados esperados ou, sequer, são priorizados nestas áreas por ausência de motivação política. Neste cenário, os serviços públicos disponibilizados à população também são prejudicados pela falta de profissionais capacitados diante de condições de trabalho não atrativas, dos poucos incentivos para atrair força de trabalho qualificada, da baixa integração e coordenação entre serviços e setores, e da ausência de protocolos e outras padronizações.

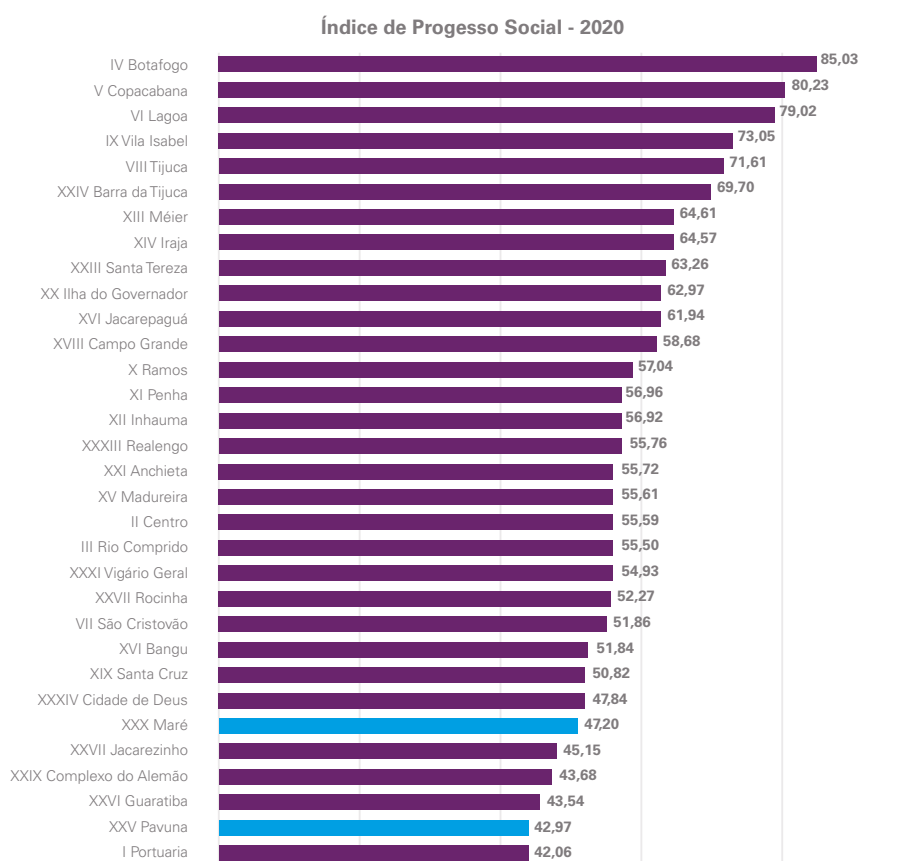
A convivência em ambientes de violência armada provoca o terror psicológico e o estresse tóxico, que comprometem o bem-estar psicossocial, as habilidades e as capacidades cognitivas de crianças e adolescentes. A banalização da violência física, a ocorrência de tortura e os homicídios no entorno, perpetrados tanto pelo crime organizado, quanto por agentes estatais, mesclam-se aos conflitos interpessoais e às dificuldades de acesso à justiça, aos mecanismos de mediação e solução alternativa de conflitos. Tais fatores agravam ainda mais a garantia de proteção, da dignidade e do direito à vida da população local, especialmente das crianças e adolescentes.

A vulnerabilidade também se manifesta a partir dos recortes de raça/etnia e gênero, por meio dos quais o racismo estrutural e o machismo intensificam as violações de direitos. Com populações majoritariamente negras, Maré e Pavuna evidenciam a política de marginalização e invisibilização dos estratos preto e pardo. A repressão e a punição estatal priorizam tais grupos, por meio de respostas diferenciadas e desproporcionais, insuflando a desconfiança mútua entre autoridades e comunidades. Os investimentos públicos são negligenciados nessas áreas da cidade, tendo em vista a crença social disseminada de que jovens negros seriam “descartáveis”. A aceitação coletiva da violência

contra a juventude negra reforça um ciclo de estigmatização. Em paralelo, a objetificação de meninas e mulheres, a partir da pressão para a adoção de papéis de gênero pré-determinados, reitera a violência sexual. Estupros coletivos, gravidez na adolescência e atos de violência exacerbados e cruéis contra meninas também restringem as opções de vida e a dignidade das populações infanto-juvenis desses territórios.

O Índice de Progresso Social (IPS) 2020⁸, monitorado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro, mostra que Maré e Pavuna estão entre as regiões de menor desenvolvimento social da cidade, conforme pode ser visto na figura 2.

Figura 2 – Índice de Progresso Social da cidade do Rio de Janeiro segundo bairro



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

8 O Índice de Progresso Social (IPS) é uma abordagem direta de mensuração do desenvolvimento humano a partir de indicadores selecionados em três dimensões e doze componentes definidos globalmente. Fonte: INSTITUTO PEREIRA PASSOS. IPS RIO 2020. Disponível em: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 15 out. 2021.



Foto: Felipe Kusnitzki

5.1.1 - Maré

Também conhecida como Complexo da Maré, o território possui 15 favelas e sete conjuntos habitacionais, com alta heterogeneidade interna e elevada concentração populacional (136.000 habitantes), segundo os dados do IPS Maré 2018/Instituto Pereira Passos. Segundo dados do FGV/Social, a renda média do morador da Maré era de R\$ 395,00 em 2018.

Figura 3 – Mapa do município do Rio de Janeiro com destaque do Complexo da Maré

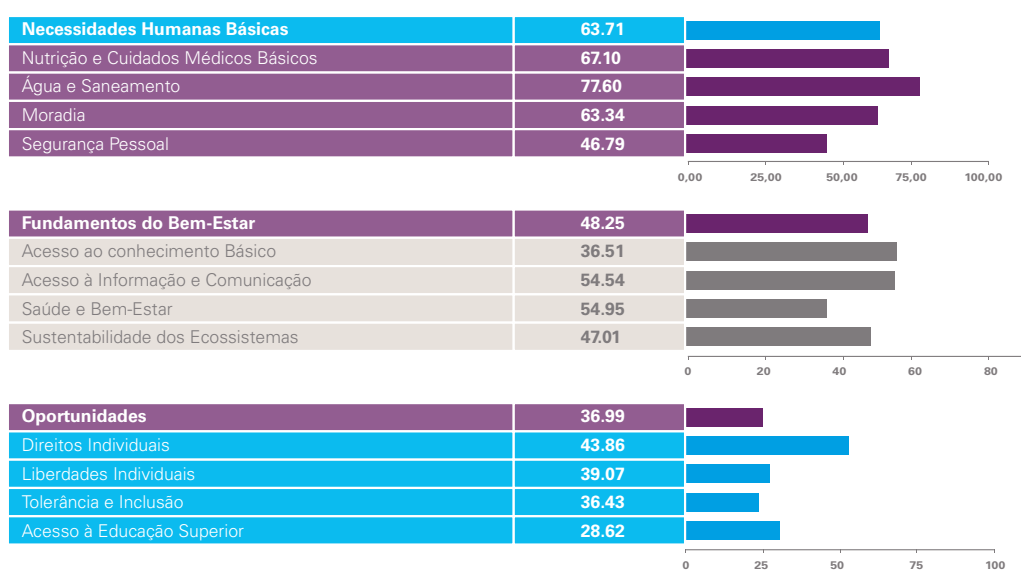


Fonte: Adaptado de IPS Maré 2018/Instituto Pereira Passos

O IPS é um indicador calculado para toda a cidade do Rio de Janeiro a cada dois anos e mensura o progresso social de cada território a partir de três dimensões: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades. Dentro de cada di-

mensão são considerados quatro componentes. Com base no IPS mais atual disponível (2020), a Maré possui o 27º pior índice da cidade (conforme mostrado na figura 2). No ano de 2018, no entanto, foi calculado o IPS específico para o território da Maré, com isso é possível ter uma visão mais detalhada dos indicadores construídos especificamente para este território, o que não se aplica para outros territórios. A figura 4, abaixo, mostra o resultado obtido para cada dimensão no Complexo da Maré no IPS 2018.

Figura 4 – Dimensões do Índice de Progresso Social da Maré - 2018



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

No eixo das Necessidades Básicas Humanas, a Segurança Pessoal foi o item de avaliação mais baixa (46,79, seguido da Moradia 63,34). Neste IPS específico do território da Maré, além dos dados secundários utilizados para a construção dos indicadores, também foram realizadas entrevistas com moradores e os resultados mostraram o forte impacto da ausência de políticas públicas na vida dos moradores: 49% das pessoas entrevistadas faltaram ao trabalho ou à escola no último ano em decorrência da violência e 30% da população sofre de insegurança alimentar.

Na dimensão dos Fundamentos do Bem-estar, o Acesso ao Conhecimento Básico é o componente de pior avaliação (36,51), seguido da Sustentabilidade dos ecossistemas (47,01). Os resultados das entrevistas mostraram que apenas 25% dos jovens de 15 a 20 cursam ou completaram o ensino médio e 85% das crianças de 8 a 15 anos cursam ou completaram o Ensino Fundamental. 76% dos responsáveis pelo domicílio possuem telefone celular. 44% possuem acesso adequado a internet. 7% separam o lixo para reciclagem. 28,4% possuem esgoto ou depósito de lixo a céu aberto perto do domicílio.

Por fim, a dimensão das Oportunidades possui a avaliação mais baixa das três. Os componentes de Acesso à Educação Superior (28,62) e Tolerância e Inclusão (36,46) apresentaram os resultados mais fracos. De acordo com as entrevistas, apenas 6% das mulheres entre 18 e 25 anos cursam o Ensino Superior. Apenas 6% dos moradores pretos e pardos cursam o ensino superior. Apenas 21% opinaram que moradores homossexuais são respeitados na comunidade. 24% das mulheres grávidas têm de 9 a 19 anos. Somente 26,6% opinaram que os jovens têm liberdade para recusar participação no tráfico.

Dessa maneira, o Complexo da Maré se destaca, dentre outros aspectos, pela pouca escolarização dos moradores. A maioria dos adolescentes não completa o ensino médio e, por sua vez, não chega ao ensino superior, limitando o horizonte de oportunidades. O acesso adequado à internet ainda não é assegurado à metade da população, realidade que dificulta o aprendizado de novos letramentos essenciais na educação do século XXI. Discursos de ódio e o senso comum avesso à diversidade ainda parecem ser uma constante na rotina da Maré, o que alimenta ciclos de violência e exclusão. Corriqueiramente, jovens e adolescentes carregam armas pelas ruas da vizinhança, coagindo pessoas, inclusive profissionais dos equipamentos públicos locais, tais como escolas, unidades de saúde e da assistência social.

5.1.2 - Pavuna

A Pavuna possui uma área total de 165,97 km² e mais de 200 mil habitantes, com renda per capita de R\$ 542,00 em 2010, sendo que nas favelas que compõem o bairro, esse valor é de R\$ 307,00 per capita, segundo os dados da FGV/Social⁹. Em 2020, o Índice de Progresso Social (IPS) da região administrativa da Pavuna era o segundo mais baixo da cidade. A partir da geolocalização das ocorrências de violência letal contra adolescentes em 2017 feita pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), a taxa de letalidade violenta intencional de adolescentes foi de 129,4 por 100 mil na região administrativa da Pavuna¹⁰. Trata-se de uma das regiões mais violentas do Rio de Janeiro, com constantes restrições à mobilidade e à segurança de seus moradores. A rotina de intervenções policiais no território faz com que o Complexo do Chapadão, um dos territórios da Grande Pavuna, chegue a ter a interrupção dos serviços públicos e de entrada e saída de pessoas. Em um destes episódios, os serviços ficaram paralisados por nove dias em um único mês, nenhum outro território enfrentou tal restrição, em número de dias, na cidade do Rio de

9 Dados disponíveis em: <https://cps.fgv.br/r-renda-capita-populacao-total-e-favelas-bairros-rio-de-janeiro>. Acesso em 24/10/2022.

10 Dados disponíveis no relatório: “Vidas adolescentes interrompidas”: um estudo sobre mortes violentas de adolescentes no Rio de Janeiro”. UNICEF, 2021, p. 19. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14811/file/vidas-adolescentes-interrompidas.pdf>. Acesso em 26/10/2022.

Janeiro. Na Pavuna, há uma carência de espaços públicos de convivência, esporte e lazer, o que, conseqüentemente, gera uma baixa oferta de atividades culturais, recreativas e de centros juvenis. As restrições de mobilidade também dificultam o acesso a serviços e opções culturais fora do território.

Figura 5 - Mapa do município do Rio de Janeiro com destaque da Pavuna



Fonte: Adaptado de IPS Pavuna 2020/Instituto Pereira Passos

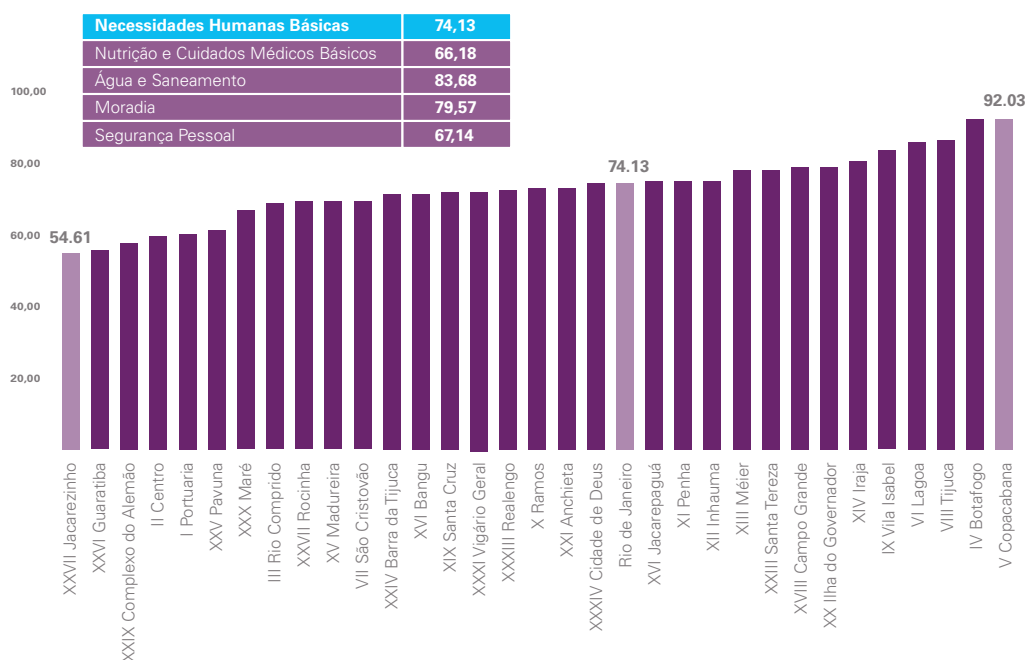
Foto: Felipe Kusnitzki



Com base no IPS 2020 calculado para a cidade do Rio de Janeiro a Pavuna está na 31ª posição em um ranking de 32 regiões administrativas, conforme mostrado na figura 4.

Na dimensão Necessidades Humanas Básicas, a pontuação da Pavuna (60,94) está abaixo da média de 74,13 (Figura 6). O único componente acima da média da cidade é o de Água e Saneamento. Os destaques negativos são: Acesso à Moradia, Nutrição e Cuidados Médicos Básicos e Segurança Pessoal, sinalizando a precarização urbana da região, os péssimos serviços de saúde e alimentação, além da situação de violência permanente.

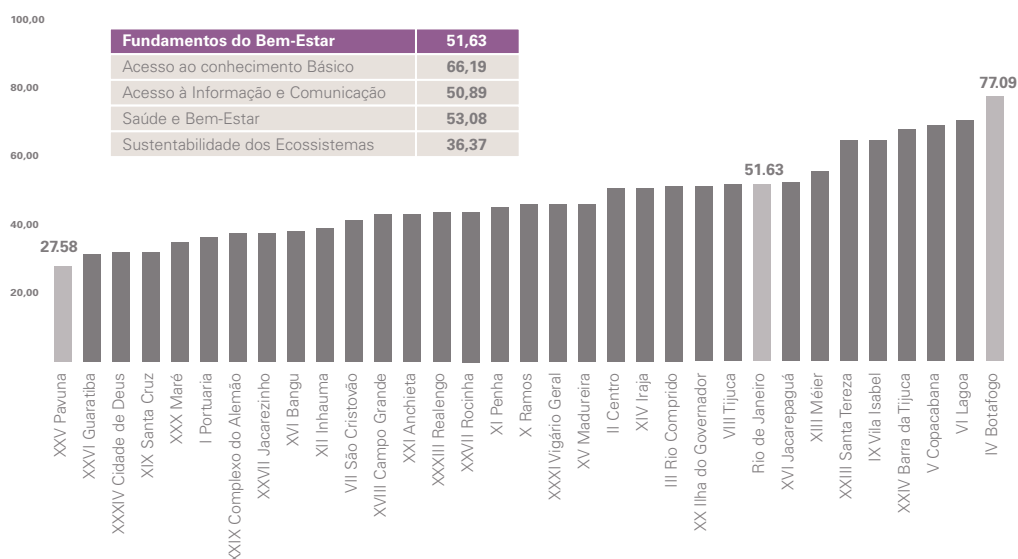
Figura 6: Dimensão Necessidades Humanas Básica do Índice de Progresso Social da cidade do Rio de Janeiro - 2020



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

Na dimensão Fundamentos do Bem-Estar, a Pavuna está na última posição com 27,58 pontos, bem abaixo da média de 51,63 (conforme figura 7). Os piores componentes foram Qualidade do Meio Ambiente e Acesso à Informação e Comunicação. O melhor componente, ainda abaixo da média, foi Saúde e Bem-Estar. Estes dados indicam que as iniciativas de educação ambiental e de garantia ao acesso à internet e à informação de qualidade são prioritárias para a melhoria do Bem-Estar da população.

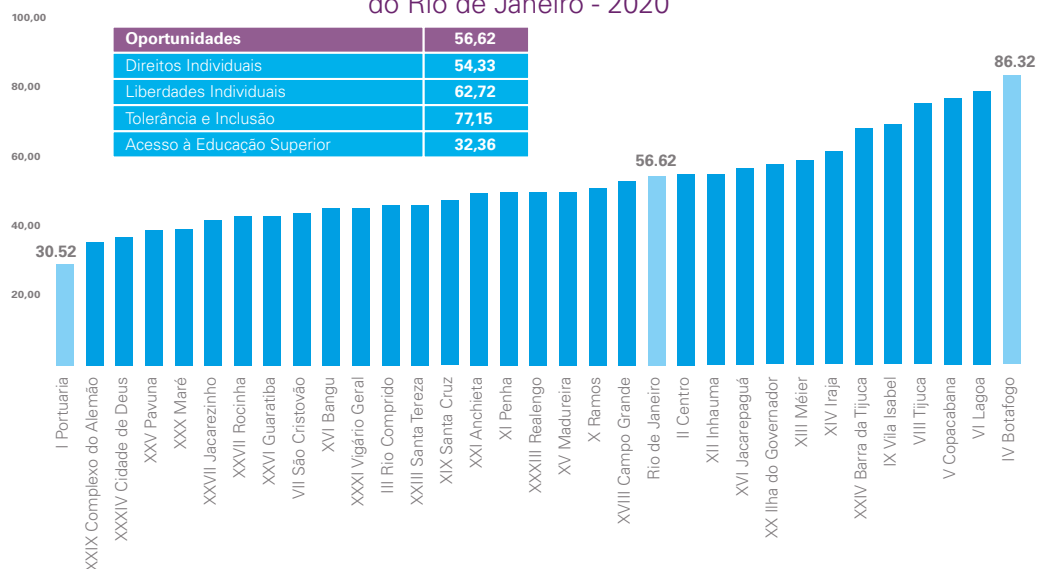
Figura 7: Dimensão Fundamentos do Bem-Estar do Índice de Progresso Social da cidade do Rio de Janeiro - 2020



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

Por fim, na dimensão Oportunidades, a pontuação do bairro da Pavuna foi de 40,38, a quarta mais baixa do município, com a média em 56,62 (Figura 8). Todos os componentes dessa dimensão ficaram abaixo da média da cidade, com destaque negativo para o Acesso à Educação Superior (10,97) e as maiores notas em Tolerância e Inclusão, Liberdade Individuais e Direitos Individuais. Vale mencionar ainda que a Pavuna integra o grupo de regiões administrativas com maior incidência de abandono escolar, conforme o IPS 2020.

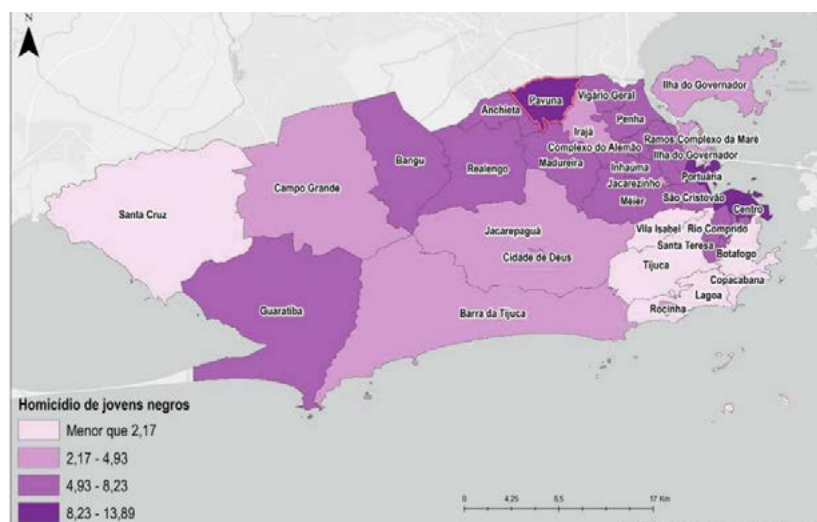
Figura 8: Dimensão Oportunidades do Índice de Progresso Social da cidade do Rio de Janeiro - 2020



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

Ainda segundo o Índice de Progresso Humano, a Pavuna é um dos territórios com a maior taxa de homicídios de jovens negros da cidade do Rio de Janeiro, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 9 – Mapa da cidade do Rio de Janeiro segundo homicídio de jovens negros por bairro - IPS 2020



Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

5.1.3 Panorama de homicídios de adolescentes no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, as ocorrências em que crianças e adolescentes são vítimas de violência letal intencional estão documentadas fartamente pelas estatísticas do Instituto de Segurança Pública (ISP), conforme os dados apresentados a seguir, reunidos, em parte, pelo estudo “Vidas Adolescentes Interrompidas” elaborado no âmbito do Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro, parceria estratégica do UNICEF.

Segundo dados do ISP, no período de janeiro de 2011 a junho de 2021, houve 371 mortes violentas intencionais (MVI)¹¹ de crianças e adolescentes (até 19 anos) na região da Pavuna, e 130 mortes na região da Maré. Nos dois casos, 30% das mortes foram decorrentes de intervenção policial: 111 na Pavuna e 41 na Maré. A área da Pavuna, onde se encontra o 41o batalhão da polícia militar, foi a área do Rio de Janeiro com maior número de MVI entre todos os batalhões da capital. Nas duas áreas, em torno de 85% das crianças e adolescentes mortos de forma violenta eram pretos ou pardos.

11 A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) é a soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais. Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território.

Na Pavuna, o estudo “Vidas Adolescentes Interrompidas” constatou que as MVI em territórios vulneráveis ocorrem majoritariamente por armas de fogo, sem resistência da vítima, o que sugere casos execução ou abuso do uso da força, com alto grau de crueldade. Em alguns casos, no ato da investigação policial, são solicitados exames toxicológicos das vítimas, o que indica uma tentativa de criminalização ou até mesmo justificativa para a morte dos adolescentes.

A tabela a seguir traz uma série histórica mais ampla das mortes violentas intencionais de adolescentes (12 a 17 anos) no Rio de Janeiro, tanto na capital quanto no Estado. Segundo estes dados do ISP, entre janeiro de 2013 a março de 2019, 648 adolescentes foram vítimas de mortes violentas na capital fluminense.

Tabela 1 – Mortes Violentas Intencionais de Adolescentes (12 a 17) anos
Estado do Rio de Janeiro – janeiro de 2013 a março de 2019

| Tipo de ocorrência | Cidade do Rio de Janeiro | | Outras partes do estado | | Estado do Rio de Janeiro | |
|---|--------------------------|---------------|-------------------------|---------------|--------------------------|---------------|
| | nº | % | nº | % | nº | % |
| Homicídio doloso | 409 | 63,12 | 1.493 | 81,32 | 1.902 | 76,57 |
| Homicídio por intervenção de agente do Estado | 220 | 33,95 | 332 | 18,08 | 552 | 22,22 |
| Latrocínio (roubo seguido de morte) | 8 | 1,23 | 8 | 0,44 | 16 | 0,64 |
| Lesão corporal seguida de morte | 11 | 1,70 | 3 | 0,16 | 14 | 0,56 |
| Letalidade violenta intencional | 648 | 100,00 | 1.836 | 100,00 | 2.484 | 100,00 |

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

Contudo, é possível que o número de adolescentes vitimados seja, na verdade, maior do que os 648 computados na capital. Isso porque a base de dados do ISP contém um grande número de ocorrências sem informação sobre a idade das vítimas, especialmente na capital. A categoria homicídio decorrente de intervenção policial apresenta os maiores percentuais de registros sem informação da idade: 42% no município do Rio de Janeiro. Também uma parte importante dos registros de homicídios dolosos também traz esta lacuna.

Ainda segundo os dados do ISP, chama a atenção que no estado do Rio de Janeiro, a proporção de mortes por intervenção de agentes estatais, em relação ao total da letalidade violenta intencional de adolescentes, teve um crescimento acelerado, quase triplicando no período de 2013 a 2019. De 12,6%, em 2013, o percentual saltou para quase 40% no primeiro trimestre de 2019. O valor indica que, de janeiro a março do ano de 2019, mais de um terço de todas as mortes violentas de adolescentes resultaram de ações de policiais e outros agentes do estado.

Já na cidade do Rio de Janeiro, a proporção de mortes de adolescentes que resultam da intervenção policial é muito superior à da população como um todo. Em 2018, 35,4% das mortes violentas intencionais de adolescentes na capital fluminense foram causadas por intervenção policial; ao considerar pessoas de todas as idades, apesar do crescimento constante desde 2013, a proporção foi de 28,1%.

5.1.4 Raça/etnia e recorte etário

A violência letal não atinge adolescentes brancos e negros da mesma forma. De acordo com o estudo “Vidas Adolescentes Interrompidas”, na capital fluminense, a maioria das vítimas de homicídios entre 2013 e março de 2019 neste grupo etário é de pretos e pardos, que somam quase 82% dos casos (UNICEF, 2021, p.16).

Entre os adolescentes, a incidência de mortes violentas aumenta com a idade. Dos casos registrados oficialmente durante a série histórica, a maior parte das vítimas tinha mais de 15 anos. A faixa etária mais atingida pela violência letal é a de 17 anos: 45% das vítimas tinham essa idade na época do óbito (UNICEF, 2021, p.17).

5.1.5 Necessidade de busca ativa nos serviços da rede de proteção

A descontinuidade dos atendimentos e a dificuldade de estabelecer vínculos entre os serviços da rede de proteção e os adolescentes são dois temas frequentes na avaliação dos programas de acolhimento e proteção de crianças e adolescentes em áreas vulneráveis. De acordo com o estudo “Vidas adolescentes interrompidas”, uma característica dos serviços que dificulta o estabelecimento de vínculos mais duradouros é a ausência de busca ativa pelos usuários dos equipamentos públicos. Esperar que o adolescente retorne para uma consulta ou para dar notícias sobre seu caso não favorece a criação desses laços. A escassez de recursos humanos nestes equipamentos públicos, por sua vez, também não contribui para uma mudança de atuação (UNICEF, 2021, p. 30).

5.1.6 Ausência de espaços seguros e de livre expressão

Ainda conforme o estudo “Vidas adolescentes interrompidas”, a livre expressão enquanto direito de crianças e adolescentes também encontra obstáculos nos territórios em destaque. No ambiente escolar há o entrave de crianças e adolescentes estarem em um espaço disciplinar, com pouca margem para expressão; em casa, o filtro é estar sob o olhar dos adultos; estar sob o olhar dos demais adolescentes também pode ser um filtro, principalmente para aqueles do sexo masculino, e impede que eles falem abertamente de suas vulnerabilidades (UNICEF, 2021, p.31).

5.1.7 Saúde mental

De acordo com o estudo “Vidas Adolescentes Interrompidas” (UNICEF, 2021), profissionais da Clínica da Família da Pavuna relatam aumento de atendimentos de adolescentes com relatos de automutilação e ideação suicida (p.31), havendo clara associação entre



o sofrimento psíquico identificado e a exposição à violência. Não obstante o aumento da demanda, o volume dos que são atendidos ainda é baixo. A rede de cuidado dos equipamentos públicos é complexa e, muitas vezes, para que um usuário consiga um atendimento satisfatório, é necessária uma série de idas e vindas em diferentes órgãos. Para os adolescentes é especialmente difícil seguir com todas essas interações, o que também ajuda a compreender as dificuldades de adesão aos serviços de cuidado e a invisibilidade de seus dilemas.

5.1.8 Escolas e violência armada

As ações de prevenção à violência armada, incluindo a violência letal, no campo da educação devem indagar sobre quais os potenciais da escola para atenuar os fatores que levam à privação de direitos (UNICEF, 2021, p. 41). As escolas figuram como elemento importante das redes de solidariedade dos adolescentes e jovens vítimas, no Rio de Janeiro, porém, são espaços muito afetadas pela incidência da violência armada na cidade. Dados publicados pela plataforma Fogo Cruzado¹² indicam que, entre março de 2019 e março de 2020, ocorreram 1.948 tiroteios próximos de escolas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que representa cerca de 32% do total de tiroteios monitorados no período. Isto significa que, no período citado, 1.758 unidades escolares tiveram suas aulas afetadas pela violência armada.

São fundamentais, assim, as ações promovidas pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro no sentido de resguardar o espaço escolar da exposição à violência armada na cidade.

Ainda segundo o Instituto Fogo Cruzado, no primeiro semestre de 2021 a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou, em média, 15 tiroteios por dia. As ações de rotina e operações policiais também aumentaram no mesmo período (7%), inclusive com cresci-

12 INSTITUTO FOGO CRUZADO. Relatório Semestral Grande Rio 2021.1. 2021. Disponível em: < <https://fogocruzado.org.br/relatorios/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

mento do número de mortes por armas de fogo nessas ações (19%). Somente na chacina do Jacarezinho morreram 28 pessoas. As ações policiais de alta letalidade mantiveram a rotina e só no primeiro semestre de 2021, cresceram 67% se comparadas ao mesmo período de 2020. Metade dos casos de tiros de arma de fogo deixaram mortos e/ou feridos. Os dados de tiroteio reforçam os impactos da violência armada na vida de crianças e adolescentes, que são vítimas e testemunhas frequentes. Segundo o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro¹³, entre 2012 e setembro de 2021, 1949 crianças e adolescentes foram ouvidos sobre casos relacionados à violência armada. Os dados disponibilizados pelo TJ, no entanto, não permitem a desagregação para sabermos quantas foram as vítimas e quantas, as testemunhas.

5.2 PLANO DE AÇÃO

A intervenção estratégica do UNICEF em parceria com a *Rugby League World Cup*, denominada “Zona Nossa”, atuou para reduzir os impactos da violência armada na Maré e na Pavuna entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, por meio de quatro eixos: i) fortalecimento de capacidades do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) no território, incluindo atores da rede de proteção; ii) fortalecimento de capacidades e engajamento de adolescentes e suas famílias localmente; iii) apoio técnico ao Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro; iv) sensibilização sobre o impacto da violência armada na vida de crianças e adolescentes por meio de campanhas.

Quadro 4 – Panorama do Resultado 1 na experiência do Rio de Janeiro

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|---|---|--|----------------------|---------------|--|----------------------------------|
| Resultado 1: Fortalecimento de capacidades do SGD no território, incluindo trabalhadores da rede de proteção. | Realização de trilhas formativas com os profissionais (Assistência, CT, saúde e educação) que atuam nos territórios da Maré e Pavuna. | # Quantidade de profissionais da rede participando da intervenção. # Número de profissionais da educação capacitados/formados em temas de proteção. | R\$ 61.143,30 | N/A | 100 profissionais da rede participando da intervenção. 100 profissionais capacitados/formados em temas de proteção. | SGD; Mitigação de Riscos de VBG. |

O primeiro resultado do plano de ação contempla as seguintes estratégias de mudança previstas no *framework* da violência armada: fortalecimento de sistemas e capacidades para proteger crianças e adolescentes da violência armada; fortalecimento da prestação de serviços e programas especializados; política e legislação; inovação e tecnologia.

13 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Dados Estatísticos. 2021. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/servico-apoio-nucleo-depoimento-especial/dados-estatisticos>>. Acesso em: 15 out. 2021.

Por meio de duas formações de profissionais sociais da Maré e da Pavuna, uma em violência contra a criança e outra em violência baseada em gênero, 200 trabalhadores da rede de proteção tiveram acesso a metodologias inovadoras, como a “Comunidade de Cuidado”, para fortalecer sistemas e capacidades, além de buscar melhorar a prestação de serviços e programas especializados. O caráter inovador da intervenção foi levado para o restante do município por meio de um projeto de lei instituindo um programa de promoção da saúde mental para a juventude favelada, articulado com o mandato da Deputada Renata Souza na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Como reconhecimento da inovação da metodologia, fomos selecionados entre projetos do mundo todo para participar da votação aberta do *Cities Inspire Awards 2021*.

Quadro 5 – Panorama do Resultado 2 na experiência do Rio de Janeiro

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|---|---|--|-----------------------|---------------|---|---|
| Resultado 2 - Fortalecimento de capacidades e engajamento de adolescentes e famílias localmente. | Prover apoio psicossocial e oficinas lideradas por jovens mobilizadores em tópicos de saúde mental, prevenção à violência contra criança, incluindo gênero e VBG. | Número de adolescentes participando das atividades. Nível de engajamento dos adolescentes nas atividades (se participaram de todas as atividades – não diz respeito à qualidade da participação). Número de produtos produzidos pelos adolescentes | R\$ 140.581,68 | N/A | 500 adolescentes participando das atividades Taxa de retenção de 50% em que adolescentes participam de ao menos metade do ciclo de atividades 1 produto de comunicação 3 ações de comunicação | Participação de Adolescentes; C4D Mitigação de Riscos de VBG. |

Para minorar o impacto da pandemia da Covid-19 na saúde mental de adolescentes, o UNICEF ofereceu apoio psicossocial diretamente aos participantes do projeto, por meio de consultas psicológicas individuais e em grupo fazendo uso da metodologia inovadora e escalável dos Diários de Quarentena. Também foram promovidas atividades esportivas e espaços seguros para a livre expressão dos adolescentes. Paralelamente, 40 jovens mobilizadores foram selecionados e formados em temas como racismo, violência, direitos da mulher, paternidade e maternidade, para disseminar conteúdos comunitariamente. A estratégia de mudança contemplada com este resultado foi a de Inovação e tecnologia.

Quadro 6 – Panorama do Resultado 3 na experiência do Rio de Janeiro

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|--|---|--|-------------------|---------------|--|-------------------|
| Resultado 3 - Suporte técnico ao Comitê para Prevenção de Homicídios | <p>a) Elaboração de documento com recomendações de políticas públicas com base no estudo 25 mortes violentas;</p> <p>b) Incidência pela implementação da Lei Agatha; pelo aumento de recursos e continuidade de programas de prevenção de homicídios de adolescentes;</p> <p>c) Fortalecimento do GT de adolescentes para que possam co-criar o documento com recomendações de políticas Públicas.</p> | Número de publicações realizadas com apoio do Unicef | Staff time | N/A | <p>1 publicação do relatório “Vidas adolescentes interrompidas”</p> <p>Continuidade do PPCAAM assegurada</p> <p>Institucionalização do Comitê Estadual para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)</p> | SGD |

O Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro promove ações de *Advocacy*, garantindo o apoio de tomadores de decisão e do público em geral para a causa das crianças impactadas pela violência armada. Além disso, o Comitê também promove a geração de conhecimento e evidências, por meio, por exemplo, do estudo “Vidas Adolescentes Interrompidas”.

Além disso, o Comitê também elaborou a “Carta Adolescente Seguro RJ”, lançada em agosto de 2021, que reuniu os esforços de 22 dos seus membros. O documento consolidou 45 propostas de ação para prevenção e enfrentamento da violência letal contra adolescentes, com previsão de realização em até 12 meses. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, outros entes do sistema de justiça, organismos internacionais e sociedade civil apresentaram os compromissos publicamente, reforçando a agenda em tela. Ao capitalizar o posicionamento estratégico do UNICEF, atuou-se a partir do Comitê na aproximação com atores políticos relacionados à pauta do enfrentamento à violência armada. O relacionamento gestado no Comitê ainda permite a observação da estratégia de mudança das parcerias e captação de recursos, pois possibilita que as articulações do UNICEF com os atores do sistema de proteção alcancem iniciativas, tais como o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento a Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, sem que os recursos sejam repassados ao UNICEF, mas que sejam direcionados a partir dos respectivos orçamentos para projetos que reforcem os objetivos em comum.

Quadro 7 – Panorama do Resultado 4 na experiência do Rio de Janeiro

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|--|--|---|----------------------|---------------|--|-------------------|
| Resultado 4 - Campanha contra VAC. | Produção e disseminação comunitária de conteúdos digitais, como podcasts, webséries e cards, para compartilhamento de informações sobre os temas abordados nas formações, como violência contra a mulher, direitos da mulher, racismo, diversidade, paternidade e maternidade, entre outros. | Número de pessoas (ou crianças e adolescentes) alcançadas diretamente pela intervenção; Número de pessoas (ou crianças e adolescentes) alcançadas indiretamente pela intervenção | R\$ 48.884,33 | N/A | 20,000 pessoas alcançadas/engajadas online e offline por atividades de comunicação 500 adolescentes e jovens alcançadas por mensagens e disseminação de conteúdo por jovens mobilizadores | C4D |

O **Resultado 4** promoveu o protagonismo de adolescentes na produção e na disseminação de conteúdos com uma mensagem de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Por meio de linguagens e suportes digitais, próximos da vivência e do letramento cotidiano desse público, os adolescentes construíram e veicularam informações em torno das temáticas da violência armada, igualdade racial, violência baseada em gênero, paternidade e maternidade juvenis, diversidade, entre outras. Foram produzidos cinco *podcasts* e uma *websérie*, divulgada nas redes sociais e na plataforma de vídeos *Youtube*. Além disso, *cards*, textos e imagens direcionados pelo *Whatsapp* foram enviados para listas de contatos comunitárias dos adolescentes. Os conteúdos audiovisuais alcançaram 20.000 pessoas, enquanto os produtos encaminhados por mensageiros chegaram a 500 crianças e adolescentes.

5.3 PARCEIROS IMPLEMENTADORES

O Luta pela Paz (LPP) é uma organização da sociedade civil fundada em 2000 no Complexo da Maré, cujo objetivo é atuar com crianças, adolescentes e jovens de comunidades afetadas pelo crime e violência armada para prevenir a violência. A organização, parceira implementadora do UNICEF na intervenção na Maré e na Pavuna, possui 20 anos de experiência em engajamento de jovens no Rio de Janeiro. Presente em 25 países, possui parcerias com outros entes internacionais, como UNESCO, UNODC, IKEA Foundation, UEFA Foundation for Children, entre outros. Internacionalmente, o LPP já

realizou parcerias com o UNICEF na Jamaica e em outros países, além de ser membro do Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro, iniciativa estratégica do UNICEF, desde 2018. Durante a pandemia da Covid-19, o LPP tem se articulado com outras organizações não governamentais no Complexo da Maré para responder à emergência.

Em virtude da violência armada e do agravamento das violações de direitos humanos, sobretudo no contexto pandêmico, nas periferias e favelas do Rio de Janeiro, é essencial estabelecer parcerias com atores reconhecidos e aceitos na comunidade, como o LPP. Ademais, o LPP possui o conhecimento e experiência junto a crianças, adolescentes e famílias vulneráveis. O Luta Pela Paz possui uma estrutura de pessoal (tanto na Administração, Monitoramento & Avaliação, quanto em Programas) adequada para implementar a intervenção proposta, além de possuir capacidade de engajamento para reunir outras organizações da sociedade civil, como Redes da Maré e Observatório de Favelas. Administrativamente, o Luta Pela Paz se submete a auditorias externas todos os anos com as informações disponíveis para consultas públicas.

5.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Resultado 1 - Fortalecimento de capacidades do SGD no território, incluindo trabalhadores da rede de proteção

No primeiro ciclo de formação da Maré e da Pavuna no tema de prevenção à violência contra a criança, sob a metodologia da Comunidade de Cuidado, foram alcançados 112 profissionais sociais. O público foi majoritariamente feminino, negro e da área da saúde. O curso foi avaliado como “Muito Bom” ou “Bom” por 100% dos participantes. As avaliações destacaram positivamente a utilização das ferramentas, as atividades de cuidado e os espaços de troca entre os profissionais, além do protagonismo dos participantes e do fomento à integração de outras iniciativas e/ou organizações locais à Comunidade de Cuidado, consolidando assim, o Luta pela Paz e o UNICEF como referência de cuidado com crianças e adolescentes na Maré e na Pavuna.

O objetivo do primeiro ciclo foi fortalecer o trabalho e cuidado em rede no acolhimento de situações de violência e saúde mental da infância e adolescência no território, por meio de diferentes ferramentas preconizadas na metodologia “Comunidade de cuidado”, bem como da valorização de práticas existentes nas redes de proteção local. Durante o curso, a prática de cuidado foi entendida, tanto como conteúdo quanto como método, atravessando os módulos de maneira transversal. Atores da rede de proteção (Redes de

Saúde, Rede Socioassistencial, atores do Sistema de justiça, Educação e Rede Comunitária) que atuam no atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes na Maré e na Pavuna aproveitaram uma carga horária de 30h, além de uma formação ampliada de 5h. Alguns dos temas abordados incluíram: i) a perspectiva ampliada em saúde mental; ii) o conceito de território e comunidade; iii) as vulnerabilidades e potencialidades do território e sua relação com saúde mental; iv) a elaboração do Acordo de Convivência da turma; v) o impacto dos fatores de risco nas crianças e nos adolescentes, nas suas relações familiares e na sua relação com território e sociedade; vi) as interseccionalidades e a relação com os impactos dos fatores de risco nas crianças e adolescentes; vii) os fatores classe, raça, gênero, sexualidade e deficiência como potencializadores de vulnerabilidades; e viii) a identificação de sinais de alerta na proteção de crianças e adolescente, entre outros.

Estima-se que os profissionais que participaram da formação realizam mais de 25.000 atendimentos de crianças e adolescentes por ano, mostrando assim, a dimensão do alcance da ação e seu impacto indireto na vida deste público. Há, no entanto, um esgotamento no modelo de formações online junto aos trabalhadores da rede de proteção da Pavuna e da Maré, o que dificulta a repetição da abordagem no futuro.

Resultado 2 - Fortalecimento de capacidades e engajamento de adolescentes e famílias localmente

Foram formados, em dois ciclos, 40 jovens mobilizadores nas temáticas de gênero, violência e cuidado. Os/as jovens participantes aprenderam ferramentas e desenvolveram conteúdo para web, em formato de pequenos vídeos e de um *podcast*. Relataram enorme interesse na continuidade do projeto e na manutenção da articulação nos temas propostos. No primeiro ciclo, 20 meninas foram escolhidas como mobilizadoras e concluíram a formação fortemente motivadas, indicando profundas descobertas e aprendizados, bem como expressando vontade de continuar com o trabalho de disseminação de conhecimento. No novo ciclo, oferecemos a 20 meninos oficinas de formação “ Pretos em Roda ” nas temáticas masculinidades e violências, com mobilizadores fortemente inseridos em âmbito virtual. As oficinas contaram com a participação de dois *influencers*, um dos quais com mais de um milhão de seguidores em redes sociais, além de alguns mobilizadores com experiência prévia em projetos sociais, incluindo iniciativas patrocinadas pelo UNICEF.

Além das formações, 675 crianças, adolescentes e jovens foram atendidos em atividades esportivas, oficinas de empregabilidade e desenvolvimento pessoal, além de participarem de sessões de clínica de psicologia breve. Esse público compareceu a 4.979 atendimentos esportivos remotos/presenciais, com taxa de retenção de 47%,

número baixo, que decorre dos desafios de engajar remotamente adolescentes neste tipo de atividade. Também foram realizados 273 atendimentos psicológicos, incluindo avaliações iniciais, sessões individuais e atendimento em grupo (Maré e Pavuna) com 70% de taxa de retenção. Estratificando a permanência do público atendido por faixas



Foto: Felipe Kusnitzki

etárias, percebemos que os alunos mais jovens (6 - 13) estão mais engajados, 69% deles permanecem em média dois ou mais meses. O índice cai progressivamente, atingindo 48% entre os mais velhos (21-24).

No tocante aos serviços remotos, a adaptação metodológica, a consolidação do atendimento e o amplo engajamento dos jovens nas atividades oferecidas representaram avanços significativos. No acompanhamento psicológico, o destaque ficou para a negociação intersetorial, por meio da necessária articulação entre saúde e assistência social. Nesse sentido, alguns atendimentos foram realizados dentro do CRAS, garantindo um acolhimento integrado, enquanto o CAPSI integrou-se aos atendimentos por iniciativa própria. A avaliação desses atendimentos foi muito positiva, especialmente na Pavuna.

Dados os resultados apresentados, pode-se considerar que a abordagem utilizada foi exitosa, apresentando potencial para replicação nos anos seguintes com foco nas áreas mais vulneráveis dos territórios.

Resultado 3 - Suporte técnico ao Comitê para Prevenção de Homicídios na Adolescência

O estudo “Vidas Adolescentes Interrompidas”, publicado no primeiro semestre de 2021, foi uma importante fonte para as ações de incidência do Comitê ao longo de 2021 e para definir suas prioridades para o próximo ano.

O apoio ao Comitê também resultou na elaboração e publicação da “Carta Adolescente Seguro RJ”, com lançamento no Museu do Amanhã. Foram realizadas 15 reuniões bilaterais com membros do Comitê para a formulação de propostas de ação a serem inseridas na Carta Adolescente Seguro RJ, fortalecendo parcerias, como a entrada da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro no Comitê. Além disso, iniciou-se a participação do UNICEF na Comissão Interinstitucional da Criança e do Adolescente Víctima (CICAV), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assegurando a proximidade, sobretudo, com as polícias do Rio de Janeiro.

A atuação do Comitê incluiu, ainda, a realização de uma audiência pública na ALERJ para a implementação da Lei Ágatha Félix (Lei 9.180/21), que determina a prioridade nos trâmites de procedimentos investigatórios de crimes cometidos contra a vida de crianças e adolescentes, observando as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também houve a divulgação da aprovação da Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento a Homicídios de Crianças e Adolescentes pelo CEDCA. Com o apoio do UNICEF, o Comitê também iniciou o desenho do modelo de atendimento integrado no

GT Adolescentes/Territórios em parceria com Luta Pela Paz e o Instituto Pereira Passos, e seus membros participaram do planejamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, na ALERJ, com a possibilidade de incidência nas lacunas e nas temáticas de interesse. Por meio da liderança do UNICEF, o Comitê publicou nota técnica sobre a violência sexual contra meninas em unidades do DEGASE. Por fim, o UNICEF e o Comitê fizeram parte do Mês da Juventude Carioca da Secretaria Especial da Juventude da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O Comitê segue em sua importante atuação, porém há um desafio em relação à sua sustentabilidade sem a liderança e a condução do UNICEF.

Resultado 4 - Campanhas e ações de sensibilização sobre a VAC

O UNICEF criou o primeiro filtro de Instagram de nossa intervenção estratégica nos territórios da Maré e da Pavuna, visualizado mais de 9.000 vezes. Além disso, mais de 12.000 pessoas foram atingidas com postagens, stories e outras iniciativas on-line.

Está prevista a publicação de uma websérie de seis episódios em vídeo sobre os diferentes tipos de violência e os canais de ajuda para disseminação comunitária, além de dois *podcasts* e diversos cards, produzidos pelos jovens mobilizadores junto à equipe do “Zona Nossa” com estimativa de alcance de 20.000 crianças e adolescentes. Os conteúdos ganharão visibilidade nas redes do projeto “Zona Nossa” e do parceiro implementador.

5.5 LIÇÕES APRENDIDAS

No Complexo da Maré, os dados mais recentes do LPP sugerem a necessidade de investimento em iniciativas de promoção à permanência dos adolescentes na escola, além de medidas para que os jovens acessem o ensino superior. As histórias de vida coletadas no ano da intervenção apontam para a demanda por mais intervenções do programa direcionadas ao apoio à escolarização e ao acesso ao ensino superior. A entrega dos kits conectividade e dos materiais multimídia para produção de conteúdos digitais, ações em parceria com outras áreas do UNICEF, foram muito bem recebidas e os adolescentes reportaram a importância do acesso à conectividade para a ampliação das possibilidades de carreira e de estudo.

Promover uma cultura de inclusão, autocuidado e respeito à diversidade também se faz necessário, o que reforça a pertinência da ação de mobilização e formação de jovens

lideranças em temáticas como racismo, machismo, paternidade e maternidade positivas, entre outras, assim como a realização de campanhas para a prevenção da violência contra a criança e a violência baseada em gênero. O estabelecimento de referências juvenis e a valorização de discursos e práticas de inclusão, autocuidado e diversidade são atividades bem-sucedidas no âmbito do “Zona Nossa”, ainda que seus objetivos sejam alcançados de forma diluída e no longo prazo. As campanhas comunitárias de comunicação ampliam o alcance da iniciativa e democratizam o acesso aos discursos e às práticas imbuídas de transformação social.

Um grande desafio encontrado foi a desarticulação e enfraquecimento da rede de proteção, provocados pelos baixos investimentos públicos. Na última metade da década de 2010, os investimentos nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social permaneceram abaixo das médias da primeira década do período. Com a pandemia da Covid-19, processos históricos manifestados pela precarização de serviços públicos e o desvio de finalidade de instâncias administrativas de proteção da criança se aceleraram. Nesse sentido, as capacitações oferecidas no âmbito do “Zona Nossa” enfrentaram o esgarçamento das rotinas dos profissionais sociais, sobrecarregados pelo aumento anômalo da demanda, a partir de um contexto preexistente de desvalorização e vulnerabilidade. A baixa adesão dos conselheiros tutelares aos cursos oferecidos e o relato de esgotamento de profissionais de saúde indicam os limites do modelo atual. Portanto, faz-se necessária a formulação de novas abordagens para a melhoria dos serviços locais, como a incidência direta nos Conselhos Tutelares da Maré e da Pavuna, em razão da distância institucional constatada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e os conselheiros. O apoio ao modelo de atendimento integrado, desenhado no Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro, com a participação do Luta pela Paz e do Instituto Pereira Passos, com possível destinação de recursos para a instalação de projeto piloto na Pavuna em 2022, pode ser uma solução viável para este desafio.

Com o retorno seguro às escolas, as oportunidades de intervenção nesses espaços se avolumam. Parte das iniciativas nas temáticas de mobilização de adolescentes, saúde mental, enfrentamento da violência baseada em gênero e criação de espaços seguros podem ser facilmente adaptadas para o ambiente escolar, dando sequência ao modelo bem-sucedido aplicado pelo “Zona Nossa” na Maré e na Pavuna.

Com base nos dados do LPP e parceiros, futuras intervenções devem focar nas subáreas mais vulneráveis dos territórios e nas carências específicas identificadas pelo estudo minucioso do Instituto Pereira Passos. Ações sem essa preocupação tendem a atingir jovens já inseridos nas dinâmicas de suporte social estabelecidas, replicando as marginalizações e as complexidades intraterritoriais. A Pavuna, em especial, requer maior atenção pela ausência de iniciativas no território, em oposição à quantidade de projetos em desenvolvimento na Maré. Mais do que isso, na Pavuna, as intervenções precisam

levar em conta a situação de vulnerabilidade extrema de parcela de sua população, relacionadas à insegurança alimentar e subnutrição, aguda violência armada e letalidade juvenil, e problemas relacionados à moradia. Por isso, as necessidades mais básicas podem se colocar prementes em relação a outras.

Além disso, ações de incidência e *advocacy* garantem a articulação política necessária para a tomada de decisão e reversão de tendências históricas dos baixos investimentos e negligenciamento dos territórios em foco. Nesse sentido, o relacionamento propiciado pelo Comitê tem sido central para o *advocacy* a portas abertas e fechadas por parte do UNICEF. O estreitamento de laços com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro proporcionou o avanço de pautas como o registro de dados sociais de crianças e adolescentes vítimas nos processos judicializados e a criação da vara especializada em crimes contra a criança e o adolescente. Com a ALERJ foi realizada uma audiência pública sobre a priorização da investigação de crimes contra a criança e o adolescente, o direcionamento de recursos ao PPCAAM e a criação do Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Homicídio de Adolescentes no Rio de Janeiro, com auxílio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH), integrante do Poder Executivo, com o qual a incidência segue nos níveis estadual e municipal. No governo estadual, há diálogo constante com a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Assistência a Vitimados, e menos frequente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Ainda sem avanços no diálogo com a Casa Civil e as Polícias Militar e Civil. No nível municipal, a Prefeitura, em sua nova gestão, constituiu-se como um dos maiores aliados do UNICEF. Em especial, foi possível manter diálogo constante com as secretarias de Política para as Mulheres, Cultura, Juventude e Educação. Assim, o Comitê segue exercendo centralidade na estratégia de relacionamento do UNICEF com os atores políticos capazes de incidir sobre a redução do impacto da violência armada na vida de crianças e adolescentes.

Em ano eleitoral, o UNICEF deve observar os desafios de fazer avanços em programas e políticas públicas em andamento. Ao longo de 2022, rápidas mudanças de gestores são esperadas em decorrência das movimentações para o pleito popular. Comumente, a descontinuidade de esforços no Executivo estadual acaba por ser a tônica, tal como a maior dificuldade de contar com parceiros do Legislativo estadual, igualmente engajados nas articulações de campanha. Mesmo no nível municipal, há impacto na sequência das tratativas em andamento, ainda que em menor escala. O UNICEF deve persistir no estabelecimento de um bom relacionamento com o atual governo estadual, com possibilidades reais de reeleição, e com as polícias, a despeito das dificuldades encontradas na articulação do “Zona Nossa” e do Comitê.



VI

A EXPERIÊNCIA DE

SÃO LUÍS/MA

**COMUNIDADE QUE PROTEGE
NA CIDADE OPERÁRIA**

6.1 CONTEXTO E PRINCIPAIS DESAFIOS

São Luís tem uma população estimada em 1,9 milhão de habitantes, sendo que mais de 30% têm menos de 19 anos de idade (IBGE, 2018). Os homicídios afetam com mais intensidade homens jovens negros: a taxa de mortes deste público entre 10 e 19 anos de idade era de 127,52 por 100 mil habitantes em 2017 (SIM/DATASUS). Mas a vulnerabilidade também atinge gravemente meninas. Em 2017, mais de 16% dos nascidos vivos em São Luís foram de mães entre 10 e 19 anos (SINASC/DATASUS).

No ensino fundamental, 18,26% dos alunos nos anos iniciais e 30,10% dos alunos nos anos finais da rede pública municipal tinham dois ou mais anos de atraso escolar em 2019. No ensino médio, a taxa de atraso era 25,26% no mesmo ano. Essas taxas equivalem a 11.500 meninas e quase 17 mil meninos de 4 a 17 anos em distorção idade-série no município (Censo Escolar/INEP, 2019). Também em 2019, 3.860 estudantes das redes municipal e estadual abandonaram a escola (Censo Escolar/INEP, 2019) e 8.335 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos não frequentaram a escola (PNAD/IBGE, 2019).

O UNICEF no Maranhão atuou com um marco de trabalho para redução da violência armada em São Luís, que combinou ações visando impactar nas razões estruturais que levam crianças, adolescentes e jovens a viverem experiências extremas de violências múltiplas. A visão estratégica buscou reduzir as inequidades em uma área urbana específica, onde foram identificados fatores que agravam e amplificam as violências contra crianças e adolescentes. Porém, no mesmo espaço, também foi identificada uma capacidade organizacional local, facilitando ações de prevenção e respostas a essas privações cumulativas e sobrepostas.

Por essa visão estratégica, o marco de trabalho para reduzir o impacto da violência armada em São Luís adotou como área prioritária a macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica - um agrupamento de mais de 30 sublocalidades¹⁴ no qual vivem mais de 100

14 Junto com parceiros institucionais locais, delimitou-se essa área de atuação, nominando-a como macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica, que localmente é reconhecida pelas comunidades, incluindo os seguintes bairros: Cidade Olímpica, Estrela Dalva (Alexandre Tavares), Residencial Clara Nunes, Residencial José Reinaldo Tavares, Residencial Maria José Aragão, Vila Jeniparana, Vila Nestor, Vila Sapinho, Alameda dos Sonhos, Apaco, Baixão São Cristóvão, Cidade Operária, Conjunto Habitar Nice Lobão, Conjunto Orquídea, Jardim São Cristóvão II, Jardim das Palmeiras, Jardim Lisboa, Recanto dos Signos, Residencial São Luís, Residencial São Paulo, Residencial Alcântara, Santa Efigênia, Vilage dos Mestres, Conjunto Jardim Jeniparana, Jardim América, Jardim América Central, Recanto dos Pássaros, Residencial Tiradentes, Santa Clara, Vila América, Vila Janaína, Vila Riód, Andiroba, Cajupari, Cajupe, Caracueira, Coquilho, Cruzeiro Santa Bárbara, Jardim São Raimundo, Mato Grosso, Nova Betel, Novo Horizonte, Pontal da Ilha, Residencial 12 de Outubro, Recanto Canaã, Residencial Lago Azul, Residencial Monte Sinai, Residencial Nova Vida (Andiroba), Santa Bárbara, São Raimundo, São Raimundo do Motor, Tajaçoaba, Tajipurú, Tibiri, Tibirizinho, Vila Airton Sena, Vila Aparecida, Vila Cascavel, Vila Conceição, Vila Cutia, Vila Funil, Vila Jackson Lago, Vila Magril, Vila Militar, Vila Real, Vila Romário, Vila São Domingos, Vila Vlean e Vila Vitória. Note-se que o município de São Luís não possui uma delimitação normativa única de seus bairros e regiões, uniformemente adotada pelas diferentes



mil pessoas. Nele, o UNICEF pautou sua atuação em parcerias com atores comunitários, coletivos de adolescentes e jovens, serviços e equipamentos governamentais.

A região está entre as de maior incidência de crimes violentos letais intencionais (CVLI) na capital, segundo o Relatório Dinâmica Espacial dos Crimes Violentos do Município de São Luís¹⁵ de 2018, do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e do Ministério Público do Estado do Maranhão (com base em dados do DATASUS e da Secretaria de Estado de Segurança Pública). O estudo destaca o aumento de CVLI com vítimas entre 12 e 29 anos na Cidade Olímpica: em 2014, eram 60% das ocorrências do total de crimes violentos letais; em 2017, passou a representar cerca de 70% de todos os casos. Dos 912 homicídios cometidos entre 2018 e 2020, 137 aconteceram na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica. Dentre as vítimas, 132 eram jovens do sexo masculino, entre 12 e 25 anos.

secretarias municipais, com isso muitos gestores públicos e atores institucionais nominam os bairros e/ou suas fronteiras de diferentes formas.

15 Disponível em: https://mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/caop_crim/MATERIAL_DE_APOIO/DIN%3%82MICA_ESPACIAL_DOS_CRIMES_VIOLENTOS_NO_MUNIC%3%8DPIO_DE_S%3%83O_LU%3%8DS.pdf

Em reforço da gravidade do cenário, um estudo comparativo¹⁶ entre 37 bairros de São Luís mostrou que a macrorregião selecionada está entre as 10 consideradas mais desiguais da capital. A análise levou em conta variáveis que informam graus severos de vulnerabilidade urbana como: renda de até 1 salário mínimo e analfabetismo do chefe do domicílio, ausência de banheiros no domicílio, pouco acesso à água, sete ou mais moradores no mesmo domicílio, alto índice de menores de 14 anos residentes e falta de coleta de lixo pelo serviço público na localidade.

De acordo com dados do Cadastro Único (CadÚnico) de junho de 2020, vivem em extrema pobreza 58% das famílias inscritas na área da Cidade Olímpica, 29% na Cidade Operária, 42% na Vila Janaína, e 49% no São Raimundo. E do total de 32.772 famílias inscritas e elegíveis para o Bolsa Família na região, 62% não recebem o benefício.¹⁷

Como a redução dos impactos da violência não pode prescindir de serviços públicos de qualidade no local e de identidade territorial, as ações integradas na macrorregião se apoiam na existência de: 21 escolas municipais, 19 escolas estaduais, quatro unidades de CRAS e um CREAS com equipes de abordagem de rua e 14 Centros de Convivência a eles vinculados, duas unidades de Acolhimento Casa Lar, programas sociais da Secretaria de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros, um Centro Educacional e Assistencial da comunidade católica Scalabrina, igrejas evangélicas, centros espíritas, dezenas de terreiros de matriz africana, dois grupos de pastorais católicas, associações de bairro, conselhos de paz comunitários, rádios comunitárias e grupos de jovens engajados em atividades de teatro, arte e música.

Assim, o contexto da macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica justificou a escolha do território, tanto pela urgência de assegurar direitos de crianças e adolescentes, como pela capacidade dos atores comunitários e serviços públicos ali instalados para planejar e implementar ações de prevenção, mitigação e resposta aos impactos da violência armada e múltiplas violações de direitos.

O UNICEF atuou, então, com um conjunto diversificado de intervenções, por meio dos projetos “Comunidade Que Protege”, “Menina Cidadã”, da Busca Ativa Escolar, do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos para a implementação da Lei no. 13.431/2017 e do programa de resposta humanitária à Covid-19 do UNICEF. Oferecendo suporte técnico a políticas públicas, construindo parcerias locais com diferentes atores

16 Petrus, Júlia Kátia Borgneth; Pereira Junior, Magno Vasconcelos; Universidade Federal do Maranhão; Universidad de Barcelona. A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros, 2015, [file:///C:/Users/osilva/Downloads/37575-Texto%20do%20artigo-156913-2-10-20150907%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/osilva/Downloads/37575-Texto%20do%20artigo-156913-2-10-20150907%20(4).pdf)

17 Levantamento Diagnóstico sobre Impactos da Violência Armada sobre Crianças e Adolescentes da Macrorregião da Cidade Operária. Estudo do Projeto Comunidade Que Protege, Centro de Defesa Marcos Passerine, 2021, *draft*

e instituições, fortalecendo lideranças comunitárias e de jovens, criando oportunidades para que os serviços escutem a fala das próprias comunidades, dos adolescentes e dos jovens, o UNICEF apoiou uma comunidade que protege cada vez mais suas crianças e adolescentes na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica.

Com o adensamento das ações no território, os impactos das atividades foram monitorados, as evidências de seu alcance geradas e compartilhadas em um processo de diálogo com os próprios atores sociais e governamentais engajados no processo. Com isso, gerou-se mais auto-empoderamento local, ampliou-se o engajamento e construiu-se um círculo virtuoso de transformação e compromissos continuados.

6.2 PLANO DE AÇÃO

A atuação do UNICEF na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica promoveu a integração multisetorial entre atores locais, municipais e estaduais presentes no território. Para isso, combinou ações centradas: na ampliação do diagnóstico, conhecimento e conscientização geral sobre a violência armada e seus impactos; no fortalecimento das capacidades dos atores da comunidade e das equipes dos serviços locais do Sistema de Garantia de Direitos para enfrentar as razões estruturais da violência e; na mobilização social de lideranças comunitárias e jovens para incidir estrategicamente na prevenção e melhor resposta aos impactos da violência armada.

Foto: RIPA



Quadro 8 – Panorama do Resultado 1 na experiência de São Luís

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|---|---|--|-----------------------|---------------|---|---|
| Resultado 1 - Diagnóstico da violência armada e seus impactos na Macrorregião da Cidade Operária; | Levantamento de informações sobre violência armada e seus impactos sobre crianças e adolescentes; | Quantidade de adolescentes participando das atividades Nível de engajamento dos adolescentes nas atividades (se participaram de todas as atividades – não diz respeito à qualidade da participação) | R\$ 245.770,00 | | Produção do diagnóstico; | Fortalecimento de serviços Participação de adolescentes (UReport) C4D |
| | Realização e sistematização de consultas UReport executadas por adolescentes e jovens; | Monitoramento do perfil dos adolescentes participando (sexo, raça, status socioeconômico, atraso escolar, etc.) | | | Adolescentes e jovens participam de consultas UReport; | |
| | Instalação e implementação da sala de situação para monitoramento participativo dos impactos da violência armada na comunidade; | Número de casos de violência armada registrados e denunciados (polícia) e/ou identificados e atendidos (saúde) | | | 100 atores da comunidade, dos serviços e equipamentos públicos com conhecimento sobre os impactos da violência armada; | |
| | | Indicadores tradicionais de comunicação: engajamento, alcance, etc. | | | | |

6.2.1 Escuta qualitativa e geração de conhecimento com participação local

Ampliar o entendimento geral e o conhecimento específico dos atores locais sobre os impactos da violência armada na vida de crianças e adolescentes foi uma das primeiras tarefas do marco de trabalho do UNICEF e parceiros no território.

O projeto “Comunidade Que Protege”, implementado pelo Centro de Defesa Marcos Passerini (CDMP), realizou um Diagnóstico sobre as percepções e vivências dos moradores da macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica sobre violência armada e outras violações de direitos, bem como sobre a ação do poder público. O estudo apontou a fragilidade das políticas e serviços públicos que deveriam ser a expressão do enfrentamento da violência no território, considerado um dos mais vulneráveis e violentos da capital maranhense.

O Levantamento Diagnóstico realizou 5 momentos de escuta direta junto aos residentes das comunidades na macrorregião, no mês de fevereiro de 2021. As atividades contaram com a facilitação de uma psicóloga e uma assistente social do projeto “Comunidade Que Protege”. Participaram das escutas as equipes do Fórum da Criança e Adolescentes (Fórum DCA) da Cidade Operária, equipes técnicas dos equipamentos públicos e serviços existentes, meninos e meninas mobilizadores de projetos e organizações locais, e mães de adolescentes e jovens vítimas de homicídios na macrorregião. Do processo de escutas emergiu uma percepção comum a todos: a fragilidade da articulação e do fluxo de atendimento aos cidadãos entre as diversas políticas públicas existentes no território, o que torna invisível o trabalho em rede. Além disso, foi constatado que inexistem uma parceria concreta entre o poder público e a sociedade civil local, ou quando existe é muito fragilizada. Em suma, a comunidade percebe-se desamparada de políticas públicas efetivas em um contexto altamente violento.

Ao conhecimento gerado através da escuta qualitativa dos moradores, somou-se um outro levantamento local também realizado no primeiro trimestre de 2021, como parte do projeto “Menina Cidadã”, sob coordenação da Fundação Justiça e Paz Se Abraçarão (FJPA). Foram entrevistadas duzentas meninas adolescentes e jovens, entre 12 e 21 anos, das quais 66% ainda estavam no ensino fundamental ou médio. Expressando sua percepção sobre o risco da violência vivenciada cotidianamente, mais de 70% das meninas afirmaram que a maior frequência de rondas policiais e o incremento da segurança pública seriam medidas que fariam suas comunidades um bom lugar para viver. A experiência da violência ainda é um tema difícil de ser reportado por meninas: 47% delas preferiram não responder à pergunta sobre ter sofrido ou não algum tipo de violência, mas 70% das que responderam afirmativamente à pergunta disseram que não receberam nenhum apoio da rede de serviços local; 46% delas têm familiares que já foram vítimas de violência e 49% tiveram parentes ou amigos vítimas de homicídio.

Ambos os estudos realizados pelo CDMP e FJPA geraram repercussões e debates posteriores, sendo compartilhados e amplificados em encontros com atores comunitários na Sala de Situação – espaço físico construído e estruturado dentro da sede da FJPA, no bairro da Cidade Olímpica, como forma de apropriação pelos moradores, coletivos e organizações locais das rotinas de diálogos, treinamentos, encontros e debates abertos sobre seus direitos, sobre os impactos das violências em seu cotidiano e as estratégias locais de enfrentamento do problema.

6.2.2 Formação de líderes, mobilização e engajamento social

O conhecimento sobre a realidade social como uma experiência compartilhada entre todos, favoreceu a coesão no tecido social, possibilitando uma comunidade mais articulada, com líderes atuantes e capazes de incidir continuamente sobre decisões que melhoram programas e beneficiam crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

O projeto “Menina Cidadã” mobilizou dezenas de meninas adolescentes e jovens negras dos diferentes espaços das comunidades da macrorregião: escolas públicas, terreiros, comunidade LGBTQIA+, pastorais cristãs, grupos artísticos, comunidades tradicionais. Em encontros e oficinas continuadas, as adolescentes debateram sobre os desafios e fragilidades de suas comunidades, construíram uma visão em comum, fortaleceram seus laços de solidariedade, receberam treinamento com especialistas em direitos humanos e políticas públicas de parceiros, como o Ministério Público Estadual. Também organizaram e participaram de atividades empoderadoras com voz e rosto próprios, posicionando sua visão e identidade.

Como resultado, o projeto “Menina Cidadã” transformou-se no “Coletivo Menina Cidadã”, que tem atuado na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica ao longo de todo ano de 2021. O coletivo passou a contar com as parceiras do UNICEF e da FJPA, e vem atuando na multiplicação das formações de líderes meninas, na incidência pela melhoria de políticas públicas e também no programa de resposta humanitária à Covid-19, com rodas de conversa sobre dignidade menstrual, treinamentos sobre os cuidados preventivos ao coronavírus e seus efeitos, e com a entrega de kits de higiene e absorventes em praças, feiras, eventos públicos, escolas, CRAS e CREAS.



Foto: FJPA

Após reuniões, debates e oficinas com outras meninas da comunidade e com promotoras de justiça do Ministério Público do Estado, as “Meninas Cidadãs” produziram uma Carta-Demanda com reivindicações objetivas sobre seus direitos em suas comunidades. O documento foi entregue a Secretários de Estado, Secretários Municipais, à Vice-Prefeita de São Luís, Vereadores, Procurador Geral do Estado, Defensor Público Geral do Estado e outras autoridades. O coletivo conseguiu que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão criasse uma unidade avançada de atendimento jurídico gratuito à população mais vulnerável da macrorregião. A ação inclui a assistência jurídica inédita a famílias de comunidades quilombolas, onde nunca a atuação do Estado havia antes chegado, com a oferta de serviços para o reconhecimento de paternidades, requerimento de pensão alimentícia, registro civil e formalização de processos de divórcio. A partir daí, como líderes do “Coletivo Menina Cidadã”, elas têm vindo a público pessoalmente para defender o que precisa ser aperfeiçoado na macrorregião.

Em processos continuados de mobilização e engajamento, as parcerias na comunidade conseguiram envolver representantes de governo e especialistas em proteção de direitos da criança nos diálogos sobre as políticas públicas no território. As ações estão aproximando as equipes dos serviços públicos da população por eles atendida. Cerca de 200 adolescentes e jovens continuaram a se encontrar ao longo do ano. Foram mais de 30 rodas de diálogo e encontros comunitários sobre os seguintes temas: diferentes tipos de violências e seus impactos; saúde mental de jovens e adolescentes em tempos de pandemia; acesso à educação e mobilidade urbana; perspectivas no mercado de trabalho; cidadania dentro da comunidade; gênero e sexualidade; desafios do acesso à tecnologia na periferia; fragilidade do planejamento urbano e seus impactos na vida em comunidade; infecções sexualmente transmissíveis (IST) e prevenção da gravidez na adolescência e; intolerância religiosa.

Os projetos “Comunidade que Protege” e “Menina Cidadã”, em parceria com o Instituto de Estudos Sociais e Terapia Intensiva (IESTI), proporcionaram a 20 adolescentes e jovens apoio técnico para realizar ações comunitárias de educomunicação. Foram realizados três laboratórios de Rádio Comunitária e Podcast, Cinema e Jogos Musicais. Os jovens produziram séries informativa e de entretenimento difundidas na comunidade entre os grupos locais, sobre suas visões e seus direitos.

Por intermédio do projeto “Comunidade Que Protege”, 239 moradores da macrorregião e 103 membros das equipes serviços públicos se engajaram em diálogos, oficinas e encontros sobre o impacto da violência armada e outras formas de violência contra crianças e adolescentes, em parcerias com Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, forças de Segurança Pública, Conselhos Tutelares, CRAS/CREAS e ONGs locais. A visibilidade das ações tem reforçado a mobilização social, que resultaram em audiências públicas na Câmara de Vereadores e na difusão da estratégia de enfrentamento da violência nos meios de comunicação de massa locais. Para a macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica, a luta continua.

Quadro 9 – Panorama do Resultado 2 na experiência de São Luís

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|---|--|--|-----------------------------|---------------|--|---|
| <p>Resultado 2 - Fortalecimento de capacidade e mobilização de atores da comunidade e serviços locais SGD da Macrorregião da Cidade Operária para prevenção e resposta à violência armada e seus impactos.</p> | <p>Encontros presenciais e/ou virtuais para identificação dos desafios e desenvolvimento de respostas para violência armada e violações de direitos de crianças e adolescentes;</p> <p>Formação de lideranças da comunidade, incluindo jovens, para incidir de forma articulada por medidas de prevenção e mitigação dos impactos da violência na comunidade;</p> <p>Elaboração de proposta metodológica e implementação de oficinas de desenvolvimento de capacidades;</p> <p>Assessoria técnica e oficinas formativas para incorporar práticas de escuta mútua e construção da cultura de paz entre equipamentos públicos e líderes comunitários para mitigar impactos da violência armada e prevenir a revitimização, como parte do processo de fortalecimento dos atores locais na atuação contra violência e seus impactos.</p> | <p>Quantidade de profissionais da rede envolvidos na intervenção</p> <p>Medida de mudanças de atitudes, percepções e comportamentos dos profissionais da rede envolvidos na intervenção (dependendo do tipo de atividades e do tempo de duração)</p> <p>Número de profissionais da educação capacitados/formados em temas de proteção</p> <p>Número de mulheres, meninas e meninos acessando intervenções para mitigação de riscos, prevenção e resposta à VBG (HAC)</p> | <p>R\$ 70.980,00</p> | | <p>50 pessoas com capacidades fortalecidas e mobilizadas - técnicos de equipamentos da assistência, educação, saúde e lideranças comunitárias/religiosas;</p> <p>Rodas de escuta e diálogos mensais entre líderes e mães de crianças e adolescentes vítimas de violência e profissionais dos equipamentos públicos, visando mudar atitudes, percepções e comportamentos no atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias vítimas de violência</p> <p>Criação de propostas para protocolos e fluxos com base na lei 13.431/2017</p> | <p>Fortalecimento de serviços (Lei 13.431);</p> <p>Educação que Protege;</p> <p>GBV</p> <p>Participação de Adolescentes</p> |

6.2.3 Direitos e proteção integrais contra a violência

Assegurar inclusão escolar também é um meio de prevenir violências. Por esta razão, ao adotar o marco de trabalho para reduzir o impacto da violência armada, o UNICEF e parceiros também assumiram o compromisso de uma ação por direitos integrais, incluindo o direito à educação.

Com a tecnologia social e a plataforma da Busca Ativa Escolar (BAE) o UNICEF atuou junto com a Secretaria Municipal de Educação de São Luís para identificar, registrar, rematricular, acompanhar e encaminhar crianças e adolescentes que estavam fora da escola ou em risco de abandono para a rede de proteção. Entre 2017 e 2020, 752 estudantes da macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica foram rematriculados por meio dessa estratégia. Esse número representa 100% do das crianças e adolescentes que estavam evadidos e cujas matrículas não foram mais localizadas nos registros do Censo Escolar na capital maranhense.

Também fez parte deste esforço, a capacitação de 100% dos agentes comunitários de saúde, dos conselheiros tutelares, das equipes dos CRAS e CREAS e dos gestores escolares sobre as razões da exclusão escolar. A visão intersetorial que a BAE oferece, evidencia que muitos meninos e meninas são afetados por violências, privações econômicas, enfermidades, explorações e abusos, cujas consequências se expressam, sobretudo, no abandono escolar. Em 2021, com a nova gestão municipal, São Luís readotou a BAE no contexto da pandemia, com o compromisso de preparação das escolas para um retorno seguro às atividades presenciais em 100 unidades escolares da capital.

Foto: FJPA



Com o programa de “Resposta Humanitária” à Covid-19, o UNICEF fortaleceu a parceria institucional com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação de São Luís, e com dezenas de organizações não governamentais e comunitárias, ampliando sua atuação em rede, fortalecendo a chegada de suporte e insumos preventivos às famílias mais vulneráveis na capital, incluindo a macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica.

Jovens líderes dos projetos desenvolvidos na macrorregião em 2021 se engajaram em trabalhos com foco na redução do contágio do novo coronavírus. Atividades de apoio mútuo entre coletivos de adolescentes e jovens, que enfrentaram condições ainda mais adversas impostas pelo distanciamento social e pela suspensão das atividades presenciais escolares, foram determinantes para manter a mobilização dos grupos, fortalecer a saúde mental e a resiliência de meninos e meninas. Com esse programa, mais de 40 estações de higienização de mãos foram instaladas em escolas públicas, comunidades e terreiros, em torno das quais tem se realizado rodas de conversa sobre autocuidado, saúde mental, retorno seguro às escolas, capacitação em água e pobreza menstrual. Mais de 20 mil pessoas, entre adolescentes, jovens, membros das famílias, líderes comunitários e equipes de serviços públicos foram alcançados com diferentes atividades de entrega de kits de higiene, cestas alimentares, absorventes e panfletos educativos.

Os desafios impostos pela pandemia da Covid-19, de certa forma, ajudaram no fortalecimento do tecido social da comunidade da macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica num cuidado continuado, integral e coletivo de direitos das suas crianças e adolescentes.

Ao final de 2021, teve início o projeto piloto de fortalecimento da Lei no. 13.431/2017 e do Decreto no. 9.603/2018¹⁸ em três municípios do estado do Maranhão, dentre eles São Luís, no qual a área prioritária definida também incorpora a macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica. Numa parceria reunindo diversos atores, detalhados na próxima seção, o UNICEF tem assegurado a assessoria técnica de especialistas nacionais ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência da capital do estado. Com essa iniciativa, será realizado o mapeamento intersetorial de potencialidades, necessidades e gargalos para implementação de protocolos e fluxos únicos de atendimento na rede de proteção a crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência.

18 Lei e decreto que normatizam e organizam o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, criam mecanismos para prevenir e coibir a violência e estabelecem medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Quadro 10 – Panorama do Resultado 3 na experiência de São Luís

| RESULTADOS | ATIVIDADES | INDICADORES | CUSTOS | LINHA DE BASE | META | LINHAS DE ATUAÇÃO |
|---|--|--|----------------------|---------------|--|---|
| Resultado 3 - Elaboração de planos multissetoriais municipal e estadual para enfrentar o impacto da violência armada em crianças e adolescentes | Levantamento de planos para prevenção e resposta à violência armada existentes; Incidência e assistência técnica para elaboração de planos multissetoriais; | Qualidade dos serviços oferecidos nas instituições onde trabalham os profissionais da rede envolvidos na intervenção – via percepção dos usuários dos serviços Indicadores objetivos de performance e resultado (encaminhamentos de casos, uso de determinados procedimentos, produtividade, etc.) dos serviços onde trabalham os profissionais da rede envolvidos na intervenção | R\$132.500,00 | | planos multissetoriais em processo de elaboração/elaborados; | Lei 13.431/2017; Fortalecimento de serviços |

6.3 PARCEIROS IMPLEMENTADORES

Um conjunto crítico de atores institucionais, de nível municipal, estadual e comunitário, são indispensáveis para construir um mapa e uma rota de ação com condições de conquistar resultados imediatos e de médio e longo prazos. O reconhecimento de cada um dos seus papéis, a coordenação dos esforços complementares e o acolhimento dos diferentes saberes e competências que cada um aporta têm sido um ponto chave da estratégia do marco de trabalho para reduzir o impacto da violência armada na macrorregião Cidade Operária e Cidade Olímpica.

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini (CDMP) é uma organização da sociedade civil em São Luís que atua na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente com proteção jurídico-social, atividades de formação e controle social. Integrando o coletivo nacional dos Centros de Defesa, o CDMP tem contribuído para forjar no Brasil, a cultura de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Desde 1991, o CDMP desenvolve ações de combate à violência institucional, mobilização social, fomento de políticas públicas, além de estudos e diagnósticos sobre a realidade de crianças e adolescente em São Luís e no Maranhão. Na macrorregião, o CDMP foi o importante parceiro implementador do projeto “Comunidade Que Protege”.



A “Fundação Justiça e Paz se Abraçarão” (FJPA) é uma organização de base comunitária nascida há mais de 13 anos na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica. A FJPA atua nas áreas de assistência social, saúde, cultura e educação, em comunidades que incluem o município de São José de Ribamar, beneficiando mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e populações afrodescendentes e quilombolas. A FJPA foi parceira implementadora do UNICEF em 2020 e 2021 com o projeto “Menina Cidadã”.

O marco de trabalho para reduzir o impacto da violência armada do UNICEF fez alianças institucionais estratégicas. Articulou colaborações com o Ministério Público do Maranhão, com o qual tem realizado processos de formação de lideranças territoriais; com a Defensoria Pública do Estado, que assegurou de forma imediata resposta positiva às demandas do “Coletivo Menina Cidadã” por direitos de assistência jurídica nas comunidades; com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, com quem tem construído formações de lideranças comunitárias e melhoria das capacidades das equipes técnicas dos serviços, além da articulação pela implementação efetiva da Lei 13.431/2017; e com as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Educação de São Luís, com quem tem assegurado a realização de encontros, oficinas e rodas de conversa com adolescentes e jovens em escolas, CRAS e CREAS sobre direitos, participação, autocuidado, prevenção à Covid-19 e dignidade menstrual.

Contando com apoio de especialistas no fortalecimento dos atores do sistema de garantia de direitos, o UNICEF também tem assessorado as equipes municipais e estaduais para constituir Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. Além disso, tem auxiliado na elaboração de fluxos e protocolos para o atendimento integrado e encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência na implementação da Lei 13.431/2017 tanto em São Luís, como nos municípios de Açailândia e Rosário no interior do estado do Maranhão.

6.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados da intervenção para a redução do impacto da violência armada na macrorregião Cidade Operária e Cidade Olímpica são cumulativos. Em 2021, as ações priorizaram o fortalecimento de lideranças, engajamento de novos atores, geração e ampliação do conhecimento na comunidade sobre os impactos da violência armada, e a construção de uma cultura de integração dos serviços e equipamentos públicos.

Entre outros resultados relevantes, destacam-se:

- 185 meninas adolescentes afrodescendentes de grupos comunitários e escolas participaram de atividades sobre habilidades para vida, tais como: autoestima, autocuidado, participação social e liderança feminina, prevenção à violência baseada em gênero como forma de promover a visibilidade, a inclusão, e a proteção de direitos em suas comunidades junto a lideranças e gestores de políticas públicas. A partir desse grupo inicial, teve origem a formação do primeiro Coletivo de Meninas Cidadãs da Cidade Operária, um grupo de cerca de 30 meninas líderes que passaram a atuar em escolas na comunidade, liderando ações de diálogo com outras jovens sobre violência de gênero, dignidade menstrual, defesa de direitos de crianças e adolescentes, e influenciando a tomada de decisão sobre orçamento e políticas públicas na sua comunidade;
- A Carta-demanda das meninas adolescentes e jovens foi entregue aos novos tomadores de decisão nas políticas públicas e no parlamento municipal. O documento continha a visão das meninas sobre o processo de construção de “Comunidades que Protegem Meninas e Jovens” em São Luís, promovendo sua participação, protegendo seu desenvolvimento integral e estimulando sua autoestima e autocuidado;
- Atendendo à Carta Demanda do Coletivo de jovens, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) instalou um Núcleo de atendimento no bairro da Cidade Olímpica e uma unidade móvel da DPE/MA, facilitando a vida da comunidade em relação ao acesso a seus direitos. Além disso, ainda em conjunto com a Defensoria, o Coletivo está acompanhando visitas de vistoria a escolas e unidades de saúde, alertando sobre a fragilidade e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas;

- Temas invisíveis como a pobreza menstrual no bairro e nas escolas também foram alvo da incidência das meninas líderes. Elas realizaram a entrega de absorventes e rodas de conversa durante a pandemia em mais de 20 escolas locais e conseguiram ampliar um movimento orgânico e autêntico tendo como pauta a dignidade menstrual. Com isso, levaram o debate para a Câmara de Vereadores e conseguiram fazer com que as Secretarias de Estado de Educação do Maranhão e a Secretaria Municipal de Educação de São Luís iniciassem um compromisso com a entrega de absorventes em suas redes, como parte do direito à dignidade menstrual de toda pessoa que menstrua;
- Liderança de 20 meninas adolescentes coordenando iniciativas na comunidade, alcançando grupos de jovens e estudantes de escolas públicas e privadas de bairros da região. A iniciativa teve efeito cascata, como a escuta coletiva de outras 200 meninas do bairro, feita de casa em casa pelo grupo de líderes inicial, sobre quais direitos lhes eram negados e sobre as experiências de violência vividas diariamente, bem como sobre os sonhos para o futuro. A pesquisa de campo, planejada e executada pelos jovens resultou na maior estratégia de reivindicação de direitos dos últimos quatro anos no território. O grupo conseguiu incidir no projeto arquitetônico do “Viva Cidade Operária” para que o espaço tivesse estrutura para atividades demandadas por eles, desde churrasqueira, pista de skate ou mesmo mesas ao ar livre para reuniões e encontros dos jovens. Segundo relatos locais, nessa área, havia muitos crimes e mortes violentas de jovens negros. Depois que a área do “Viva Cidade Operária” foi reformada pela Secretaria de Estado da Cidadania (Secid) escutando os jovens, a comunidade passou a ocupar o espaço da praça com atividades e encontros de lazer e não se teve mais notícia de mortes por ali;
- A partir das ações de incidência e liderança, as meninas adolescentes têm sido recebidas em audiência pública com Secretarias de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa no Maranhão, para compartilhar suas demandas por políticas de saúde, assistência social, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer. O grupo tem incidido em tomadas de decisões, tais como a participação na elaboração do novo plano estadual para a prevenção da gravidez na adolescência. O Coletivo de Meninas Cidadãs participou desta elaboração ao lado de especialistas em saúde estaduais e nacionais, na demanda que gerou o início da construção do fluxo oficial de recepção de denúncias de violência nas escolas dentro da rede estadual de ensino, e na iniciativa oficial da Defensoria Pública em demandar melhoria dos serviços de atenção primária em saúde frente à Secretaria Municipal de Saúde;

- Meninas adolescentes participaram de entrevistas nos principais veículos de imprensa local, e foram ouvidas pelo Parlamento Municipal sobre o impacto do fechamento das escolas em suas vidas, sensibilizando gestores, comunidade e famílias sobre a importância da reabertura segura das escolas. Vale mencionar ainda que o texto da Carta Demanda das Meninas Cidadãs da Cidade Operária se tornou uma música gravada na voz da cantora Reggae Maranhense, Celia Sampaio, e foi cantada durante as festividades do São João maranhense em um show para mais de 3 mil pessoas no Viva Cidade Operária e durante o evento “São João da Thay” com convidados e influenciadores nacionais.

Um dos principais desafios em territórios afetados pela violência armada é a fragilidade de acesso e qualidade dos serviços públicos, como resultado da falta de priorização dos investimentos governamentais nessas áreas. Há uma ausência generalizada de normativas, protocolos e procedimentos para orientar e garantir a assistência integrada e coordenada entre os atores. A atenção à população se torna limitada, setorializada e, muitas vezes, inefetiva ou precária. Equilibrar soluções criativas em territórios permeados pela violência armada, com o fornecimento de serviços essenciais é uma prioridade-chave. Com esse foco, na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica:

- O UNICEF estabeleceu parceria com a Prefeitura de São Luís, por meio das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação. Com as Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, de Educação, e Segurança Pública, Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça no Maranhão, e o Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade Operária;
- 239 pessoas da comunidade, dos equipamentos e serviços públicos foram engajadas em oficinas de escuta e formação, para identificarem propostas de soluções públicas e comunitárias para redução dos impactos da violência armada e violações de direitos de crianças e adolescentes. Esse encontro gerou engajamento e mobilização dos membros da comunidade para a continuidade do diálogo na Cidade Operária;
- 10 mães que tiveram seus filhos vítimas de homicídio foram escutadas e participaram de oficinas de acolhimento e fortalecimento de sua resiliência individual e comunitária. Este processo gerou um reconhecimento na comu-

nidade de que a violência letal tem impactos coletivos e que o enfrentamento deve ser também coletivo, estruturado no apoio entre pares, para o diálogo com os serviços públicos;

- 18 profissionais da assistência social foram treinados em fluxos e protocolos de atendimento, como base para a implementação de procedimentos únicos, fortalecendo, assim, a rede de proteção local;
- Com o apoio técnico do UNICEF, e em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria de Estado Direitos Humanos e Participação Popular, estabeleceu-se no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. A iniciativa será fundamental para a implementação da Lei 13.431/2017, incluindo a previsão da construção de fluxos e protocolos de atendimento únicos.

Um princípio que perpassa todas as ações e intervenções no marco de trabalho para reduzir o impacto da violência armada na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica é a escuta de adolescentes, jovens e líderes das comunidades, assegurando o reconhecimento e valorização de suas vozes, identidades e vivências. Nesse sentido, na macrorregião:

- Meninas adolescentes, em parceria com o “Coletivo Nós”, e a Secretaria de Estado de Saúde no Maranhão mobilizaram a comunidade para a vacinação completa contra a Covid-19, alcançando 10 mil pessoas;
- 100 escolas iniciaram a implementação da Busca Ativa Escolar, como importante medida para o retorno presencial das atividades escolares. Com isso, 752 alunos foram rematriculados a partir da atuação da Secretaria Municipal de Educação de São Luís no território, ou seja, 100% do total de matrículas não identificadas nas escolas da rede municipal da macrorregião da Cidade Operária. Além disso, 100 escolas de toda a rede municipal de São Luís realizaram o autodiagnóstico sobre as condições de higiene e saneamento como preparação para o retorno das atividades presenciais no processo de reabertura segura;

- Mais de 20 mil pessoas, entre adolescentes, jovens, familiares, líderes comunitários e equipes de serviços e equipamentos públicos têm sido alcançados com diferentes atividades de entrega de kits de higiene, cestas alimentares, absorventes, panfletos educativos, pias de uso coletivo, e atividades de escuta e capacitação sobre cuidados com a saúde menstrual e a saúde mental, reduzindo, assim, os riscos de infecção pela Covid-19 e outras doenças.

6.5 LIÇÕES APRENDIDAS

De acordo com o enfoque do UNICEF baseado na equidade, torna-se evidente que todas as crianças e adolescentes que vivem em territórios afetados pela violência armada integram os grupos mais carentes, vulneráveis e em risco do país.

Conforme relatado, na macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica, o UNICEF e parceiros têm construído um conjunto diversificado de intervenções programáticas. Esta experiência tem demonstrado que o enfrentamento dos impactos violência armada e das violações de direitos de crianças e adolescentes requer o envolvimento de equipamentos e serviços públicos existentes no local, somado a um tecido social fortalecido por organizações e práticas que constroem a identidade territorial.

As iniciativas desenvolvidas na Cidade Operária contrapõem sistematicamente a criminalização de adolescentes e jovens que vivem em ambientes vulneráveis no contexto urbano, especialmente em comunidades com grande incidência de população afrodescendente. A busca por evidências e pelo conhecimento qualitativo que é apropriado pela própria comunidade apoia os esforços para fortalecer os diálogos entre os atores locais, na demanda por políticas públicas que ofereçam alternativas positivas e concretas à violência vivenciada no território.

Em São Luís, a Macrorregião da Cidade Operária e Cidade Olímpica permitiu a implementação de iniciativas intersetorial programáticas. Tais ações devem ser fortalecidas, potencializando uma transformação real no espaço onde as crianças e adolescentes vivem, crescem e se desenvolvem. Isto passa pela inclusão escolar, pelo fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, pelo desenvolvimento de competências e inclusão socioeconômica, pela proteção à saúde e ao bem-estar, e pela promoção da participação e lideranças de adolescentes.



VII

CONCLUSÃO E
PRÓXIMOS PASSOS
(AGENDA CIDADE UNICEF)

As intervenções para a redução dos impactos da violência armada nas três cidades piloto selecionadas mostraram impactos importantes, embora em pequena escala, em virtude das limitações de recurso e do recorte geográfico escolhido para testagem das estratégias. Entre suas importantes contribuições, está o trabalho intersetorial, com envolvimento da comunidade, especialmente adolescentes, que possibilitou: melhor entendimento sobre os impactos negativos da violência armada nas vidas de crianças e adolescentes, o fortalecimento das capacidades das redes locais, e a incidência com tomadores de decisões para medidas importantes de proteção de crianças e adolescentes.

As intervenções enfrentaram desafios, comuns e específicos, como a pandemia da Covid-19, que atrasou o início do projeto em algumas das cidades piloto, e o agravamento das condições socioeconômicas nos territórios mais vulneráveis, que afetou a saúde mental, especialmente de adolescentes, e fez com que muitos priorizassem mecanismos de sobrevivência que ofertassem um alívio imediato à sua situação.

A experiência adquirida com as intervenções guiou o desenho da nova estratégia dos centros urbanos, intitulada #AgendaCidadeUNICEF. A proposta com a Agenda é construir uma iniciativa homogênea de impacto, que integre programas de diferentes áreas: Educação, Proteção, Adolescentes, a exemplo do que foi feito no marco de trabalho da violência armada, o que se justifica diante do fato de a violência ter complexos fatores multicausais que demandam respostas multisetoriais e em diversos níveis.

A nova estratégia do UNICEF para os centros urbanos, portanto, terá um forte componente de proteção de crianças e adolescentes contra as violências, trazendo uma agenda positiva ancorada em ações de educação, fortalecimento de capacidades, participação cidadã e bem-estar, incluindo saúde mental, com o intuito de quebrar o ciclo da pobreza, exclusão, racismo e violência.

Na #AgendaCidadeUNICEF, cada área contribuirá com sua expertise para construir metodologias de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes, configuradas em apoio técnico aos municípios na criação de uma rede de proteção local que funcione de maneira eficiente e eficaz. Para tanto, serão propostas ações conjuntas que fazem parte de uma estratégia macro para o enfrentamento às violências, com enfoque nos territórios mais vulneráveis de 8 grandes capitais do país, semelhante ao que foi feito nas intervenções para a redução dos impactos da violência armada e buscando ampliar os impactos alcançados para outras cidades.